

**BENEDITA MARQUES BORGES**

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: A EXPERIÊNCIA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA DA SECRETARIA DE  
ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL -  
1999 a 2006**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO,  
CAMPO GRANDE - MS  
2008**

**BENEDITA MARQUES BORGES**

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: A EXPERIÊNCIA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA DA SECRETARIA DE  
ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL -  
1999 a 2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**Área de Concentração:** Educação

**Linha de Pesquisa:** Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente.

**Orientador (a):** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regina Tereza Cestari de Oliveira.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO,  
CAMPO GRANDE - MS  
2008**

## Ficha catalográfica

Borges, Benedita Marques

B732d Diversidade étnico-racial: a experiência de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (1999 a 2006). / Benedita Marques Borges; orientação Regina Tereza Cestari de Oliveira. 2008  
113 f. + anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em educação, 2008.  
Inclui bibliografia

1. Professores - Formação continuada 2. Educação permanente  
3. Identidade racial 4. Identidade étnica 5. Política educacional.  
I. Oliveira, Regina Tereza Cestari II. Título

CDD-371.71

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757

**BENEDITA MARQUES BORGES**

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: A EXPERIÊNCIA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA DA SECRETARIA DE  
ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL -  
1999 a 2006**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Tereza Cestari de Oliveira.

---

Orientadora - UCDB

Prof<sup>o</sup> Dr. Fernando Casadei Salles

---

Membro Examinador - UNISO

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariluce Bittar

---

Membro Examinador - UCDB

Aos meus pais, que sempre me incentivaram para os estudos, mesmo sem tê-los. Em memória de minha mãe, que sempre rezou para eu conseguir fazer o Mestrado.

## AGRADECIMENTOS

Para realizar esta pesquisa, recebi a contribuição e o apoio de várias pessoas. Sou profundamente grata:

a Deus, pelo dom da vida;

a minha família, pelo companheirismo, apoio e ajuda de todas as formas, recebidos ao longo dos desafios da minha vida;

a minha irmã e companheira de todas as horas, Aparecida Marques Borges, que me acompanhou nos momentos difíceis e alegres do desenvolvimento desta dissertação;

em especial, aos meus sobrinhos do coração: Adriano, Caroline e Mariana de Melo Borges, pela compreensão das muitas vezes que não pude brincar com eles, por causa dos meus estudos;

aos amigos que compreenderam parte do meu afastamento para dedicação a este estudo. *“Amigo é coisa para se guardar, no lado esquerdo do peito, mesmo que o tempo e a distância digam não... Qualquer dia, amigo, eu volto pra te encontrar. Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar.”* (Canção da América – Milton Nascimento).

as minhas amigas de infância Marinete Nogueira Terra e Maria Madalena Nogueira da Silva, pela cumplicidade há mais de 30 anos;

à companheira inseparável, Ione Pereira da Silva, que sempre acreditou em meus projetos de vida pessoal, acadêmico e profissional;

ao amigo Professor Fábio Lopes de Souza, pela leitura e correção atenta ao Projeto de Mestrado e também a outros projetos;

à amiga Elizabete Nunes Delgado, pela sua contribuição e torcida para conclusão desta pesquisa;

a minha orientadora, Professora Doutora Regina Tereza Cestari de Oliveira, pela compreensão das dificuldades por que passei durante o período deste estudo, pelas contribuições intelectuais e orientação dedicada e leitura atenta deste trabalho dissertativo;

aos meus professores do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; em especial aos da linha de pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, pelos ensinamentos por meio das disciplinas do Mestrado;

ao Professor Doutor José Licínio Backes, do Programa de Mestrado em Educação da UCDB, pelo incentivo e motivação durante o período dos meus estudos;

ao Professor Doutor Fernando Casadei Salles, pelo apoio no decorrer do Mestrado pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação e na defesa, que enriqueceram este trabalho;

à Professora Doutora Mariluce Bittar, que acreditou na concretização deste trabalho, pelo apoio, incentivo e sugestões de leitura para fundamentar a dissertação;

ao Professor Luiz Eduardo Sinésio, por disponibilizar livros que contribuíram para fundamentar esta dissertação;

a Lúcia Perús, pelo companheirismo no decorrer do Mestrado;  
à Escola Municipal Professora Maria Elizabel Gomes Salles, onde atualmente trabalho como Orientadora Educacional; à diretora Neuza Menezes Gil Fernandes, pela compreensão e apoio incondicional nos momentos em que me ausentei da escola para cuidar de minha saúde e desta pesquisa;

às escolas estaduais de Campo Grande que prontamente abriram suas portas e permitiram a realização de entrevistas com diretores, coordenadores e professores, sem as quais seria impossível a concretização deste trabalho;

ao povo Terena, em nome do Companheiro Wanderley Dias Cardoso, pelo muito que aprendi com a sua sabedoria indígena de conviver com os não-índios sem se desvincular de sua aldeia “Limão Verde” (no município de Aquidauana em Mato Grosso do Sul), trabalhando e estudando sempre pela coletividade;

aos meus irmãos de fé da comunidade Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, pelo apoio recebido por meio de orações;

ao Movimento Negro “Trabalho Estudo Zumbi – TEZ” que oportunizou, por meio de minha militância, obter aprendizagens em relação aos fatos históricos, políticos, sociais e culturais da população negra e, conseqüentemente, assumir minha identidade como mulher e mulher-negra;

a todos e a todas que me ajudaram e apoiaram direta e indiretamente para a conclusão do Mestrado.

BORGES, Benedita Marques. Diversidade Étnico-racial: A Experiência de Formação Continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (1999 a 2006). 2008. 99p. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a experiência de formação continuada de professores sobre a questão racial, materializada no Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE!. Este estudo está inserido no âmbito da Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação - da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB. Os objetivos específicos deste trabalho foram: analisar como ocorreu o processo de formação continuada da Rede Estadual de Ensino sobre a questão racial; verificar a materialização da experiência desenvolvida, de modo específico, nas escolas participantes do Curso de Capacitação AWA DE!; verificar a concepção dos diretores, professores e coordenadores participantes do Curso, em relação aos seguintes conceitos: discriminação, preconceito e racismo. Para atingir tais objetivos, selecionou-se para investigação o município de Campo Grande (capital do estado) onde o Curso de Capacitação foi oferecido em duas escolas. Utilizou-se, como estratégia metodológica, a análise de um conjunto de documentos oficiais acerca da política de educação em promoção da igualdade racial do governo federal, assim como do governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, foram realizadas entrevistas, baseadas em um roteiro de questões abertas, com os seguintes sujeitos das duas escolas de Campo Grande: Diretor (a), Coordenador (a) Pedagógico (a) e um (a) Professor (a). Os resultados mostram que ambas as escolas desenvolveram projetos relacionados à temática étnico-racial, porém, não a incorporaram de forma sistemática, de modo a inseri-la no Projeto Pedagógico. Mostram, ainda, que o racismo, assim como o preconceito e a discriminação, estão presentes no cotidiano das escolas. Além disso, apontam que o trabalho voltado à questão racial, revelou-se uma experiência “tímida” de formação continuada de professores, pois o governo, de fato, não a assumiu, oferecendo o Curso a um número pequeno de escolas estaduais, apenas em seis municípios.

**Palavras-Chave:** Política Pública Educacional; Formação Continuada; Diversidade Étnico-Racial.

BORGES, Benedita Marques. Racial-Ethnic Diversity: The Experience of Continuing Education of the Secretary of State for Education of Mato Grosso do Sul (1999 to 2006). 2008. 99p. Dissertation (Masters). Program for Master's in Education. Dom Bosco Catholic University-UCDB.

## ABSTRACT

The goal of this research was to examine the experience of continuous training of teachers on the racial issue, reflected in the Training Workshop for Educators called AWA DE!. This study is inserted under the Line Search "Educational Policy, Management and Training School Teacher" of the Postgraduate Program - Masters in Education - the Dom Bosco Catholic University / UCDB. Specific objectives of this study were: how was the process of continuous training of State for Education Network on the racial issue; verify the materialization of the experience developed, so specific, in schools participating in the Training Workshop of AWA!; Verify the design of directors, teachers and coordinators of the course participants, for the following concepts: discrimination, prejudice and racism. To achieve these goals, picked up for the research council of Campo Grande (capital of the state) where the Training Workshop was offered in two schools. It was used as methodological strategy, analysis of a set of official documents about the policy of education in promoting racial equality of the federal government, and the government of the State of Mato Grosso do Sul also, interviews were conducted, based in a script of questions open, with the following subject of two schools in Campo Grande: Director (a), Coordinator (a) Educational (a) and a (a) Professor (a). The results show that both schools have developed projects related to ethnic-racial issue, however, not incorporated in a systematic manner in order to anchor it in the Educational Project. It shows also that racism, and prejudice and discrimination, are present in the daily lives of schools. Moreover, indicate that the work towards racial issue, has proved an experience "timid" continuous training of teachers, as the government, in fact, not made, offering the course to a small number of state schools, only in six municipalities.

**Key Words :** Public Policy Education, Continuing Education; Racial-Ethnic Diversity.

## LISTA DE SIGLAS

ACP – Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública  
CEDINE/MS – Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro de Mato Grosso do Sul  
CEE/MS – Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul  
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades  
CEPEF – Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima  
CEPONE – Comitê de Educação para a População Negra de Mato Grosso do Sul  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
COPEED – Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação  
COUNES – Conselhos das Unidades Escolares  
CPPIR/MS - Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul  
DCEER – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais  
EE – Escola Estadual  
EE. CEJA – Escola Estadual CEJA Professora Igenes Delamônica Guimarães  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IFP – *International Fellowships Program*  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Anísio Teixeira  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC – Ministério da Educação  
MOVA – Movimento de Alfabetização  
MS – Mato Grosso do Sul  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
PEE/MS – Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNDH II - Programa Nacional de Direitos Humanos II  
PROFA - Programa de Formação de Professores  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SED/MS – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos.

SEF/ MEC - Secretaria de Ensino Fundamental/Ministério da Educação

SEPPIR – Secretaria Especial de Política para Promoção da Igualdade Racial

TEZ – Grupo de Trabalho Estudo Zumbi

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Demandas e Políticas Educacionais propostas pela Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação de MS, em parceria com outros setores da Secretaria de Estado de Educação, instituições públicas e/ou organizações não-governamentais. ....	47
<b>Quadro 2:</b> Distribuição de conteúdos do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! .....	56

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO 01</b>	Termo de consentimento livre e esclarecido .....	105
<b>ANEXO 02</b>	Roteiro de entrevistas .....	106

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	12
LISTA DE QUADROS .....	14
LISTA DE ANEXOS .....	15
INTRODUÇÃO .....	16
CAPÍTULO I - POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990. ....	28
1.1    Atos de governo no âmbito federal, relativos à diversidade étnico-racial, relacionados com a escola.....	29
1.2    Atos direcionados à diversidade étnico-racial e cultural no Estado de Mato Grosso do Sul. ....	36
CAPÍTULO II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL NA TEMÁTICA RACIAL. O CURSO DE CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES AWA DE!.....	41
2.1    A Constituinte Escolar de Mato Grosso do Sul e a Formação Continuada de professores da Rede Estadual de Ensino sobre a questão racial.....	43
2.2    Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial.....	50
2.3    O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!:.....	54
CAPÍTULO III - A MATERIALIZAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES AWA DE! EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS .....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93
REFERÊNCIAS .....	99
ANEXOS .....	104

## INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da atual conjuntura educacional brasileira é a temática da diversidade étnico-racial e, nesse contexto, o debate referente às políticas públicas de educação envolvendo as questões raciais no âmbito das políticas públicas sociais. Ao pesquisar sobre essa temática, acredito que um dos pontos-chave para análise seja o da formação inicial e continuada dos docentes, voltada à questão racial, para que desenvolvam a sua prática pedagógica contemplando as diferenças do ser humano e as desigualdades sociais.

O interesse pela temática relacionada à diversidade étnico-racial deve-se à minha experiência profissional como Professora (desde 1989) e Orientadora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS (desde 1996), quando presenciei e vivenciei situações em sala de aula envolvendo preconceito, racismo e discriminação racial. Deve-se também à minha militância no Movimento Negro, no Grupo de Trabalho Estudo Zumbi/TEZ, desde o ano de 1985 e devido ao preconceito racial que sofri principalmente, na minha infância.

Um dos momentos dos quais me recordo ocorreu em 1997, em uma escola estadual de Campo Grande - MS, quando atuava nas séries iniciais do ensino fundamental. Naquela ocasião, como costumava fazer, solicitei a uma aluna negra, de sete anos para que fosse à lousa resolver uma situação-problema. Ela se escondeu debaixo da mesa, demonstrando timidez. Procurando saber o motivo dessa atitude, iniciei um trabalho em sala de aula, dialogando, primeiramente, com a aluna e seus colegas e, posteriormente, com seus pais e com a escola. Ao relatar aos seus responsáveis o episódio ocorrido na sala de aula, obtive deles a seguinte

justificativa: “Professora Benedita, ela é assim mesmo, ela é mesmo burra, cabeça-dura, não vai conseguir aprender a ler e a escrever”.

Essa rotulação parecia ter sido assumida pela aluna, como algo explícito com relação a sua cor negra. Pude verificar que, de fato, ela se sentia inferior aos demais colegas de sala. A partir de então, desencadeei um processo de muitas reflexões e trabalhos, visando a aumentar a sua auto-estima e à aceitação da sua identidade. Ressalte-se que no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, a aluna conseguiu aprender a ler e a escrever e obteve aprovação ao final do ano letivo.

Em outra oportunidade ao atuar na função de Gestora de Processos em Educação para a Igualdade Racial<sup>1</sup> da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), de 2003 a 2006, tive a oportunidade de participar, de trabalhos voltados às questões que permeiam as políticas públicas educacionais visando à disseminação do debate sobre as questões raciais no campo da educação aos professores da rede estadual de ensino.

No ano de 2007, sendo concursada desde o ano de 1996, passei a desenvolver a minha atividade profissional na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, como Orientadora Educacional do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. Nessa função, desenvolvi atribuições específicas, e nas atividades escolares exercidas com os corpos docente e discente, além dos funcionários administrativos, a militância no combate ao racismo na escola, assim como a qualquer forma de racismo, discriminação e preconceito. Com os docentes, procurei favorecer discussões em relação à diversidade étnico-racial, com intuito de que começassem a olhar mais atentamente para os sujeitos de suas escolas, levando em consideração a possibilidade de realizar um trabalho diferenciado, voltado para a desconstrução de estereótipos negativos impostos historicamente sobre a população negra.

No decorrer dessa experiência, observei existir entre os docentes, diversas dúvidas e conflitos em torno da questão racial, o preconceito, a

---

<sup>1</sup> A Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial é um setor da Superintendência de Políticas de Educação acoplado em uma Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

discriminação e o racismo. Muitos profissionais da educação tiveram sua formação acadêmica em cursos de graduação que, em sua maior parte, não contemplaram em seus currículos conteúdos específicos relacionados com a diversidade étnico-racial. Gomes (2003, p. 160) ratifica esse ponto de vista ao afirmar que:

Ao que assistimos, hoje, é o reconhecimento, dentro de alguns segmentos do campo educacional que trabalham com processos de formação de professores, da grande lacuna e do prejuízo que a não-inclusão da diversidade cultural na formação docente e no currículo escolar tem acarretado à educação brasileira, principalmente, quando nos referimos à escola pública.

Paralelamente à minha experiência como professora em escolas públicas e depois em algumas escolas particulares de Campo Grande-MS, militei em movimentos sociais como, por exemplo, movimentos organizados pela Igreja (Católica), Associação de Moradores, Movimento Negro e Partido dos Trabalhadores/PT. O fato de estar inserida nesses espaços sociais possibilitou-me a reflexão permanente sobre a questão racial.

Essa situação, aliada às condições de minha origem negra e de eu morar em um bairro próximo a Comunidade Negra de São Benedito, cuja maioria dos integrantes é de baixo poder econômico, de uma população de 95% negros, instigou-me a buscar no Mestrado um aprofundamento das reflexões que vinha fazendo acerca da temática racial no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Interessou-me, mais especificamente, analisar parte da experiência de um Curso de formação continuada oferecido pela SED/MS desde o ano de 1999, destinado aos docentes da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, voltado às questões étnico-raciais na escola: o Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! - palavra africana que significa presença dos esforços de inclusão do povo negro no contexto sócio-histórico-cultural.

Com esse propósito em mente, iniciei um levantamento de trabalhos acadêmicos que falavam sobre a questão racial, visando a identificar afinidades com a temática que elegi para a minha pesquisa. Verifiquei que havia interesse de

pesquisadores sobre temas relacionados com a população negra. Destaco a seguir, alguns dos trabalhos que me auxiliaram a compor o objeto deste estudo.

O artigo de Rosana Heringer (2001) denominado: ‘Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil, de 1990 até o ano de 2000’, com o objetivo de levantar, conhecer e analisar experiências que vinham sendo desenvolvidas como estratégias de combate às desigualdades raciais e sociais no Brasil, identificou uma variedade de atividades. Entre tantas pode-se destacar algumas delas, tais como: cursos, oficinas, atividades com crianças e jovens, projetos de lei, programas de SOS Racismo, campanhas, eventos, publicações, Leis e capacitação de professores. A pesquisa escolheu a cidade de Campo Grande, MS entre as 10 capitais selecionadas, por ter desenvolvido trabalhos de combate ao racismo. O trabalho chamou-me a atenção, principalmente, pelo fato de buscar dados fora do eixo metropolitano de São Paulo e Rio de Janeiro (capitais que apresentam um número maior de ações e iniciativas na temática racial) e, ainda, por apontar experiências de capacitação de professores voltadas à questão racial. Nesse aspecto, o trabalho se identifica com o foco do objeto de pesquisa.

Ainda com o intuito de explicitar como a temática racial tem sido abordada em trabalhos acadêmicos, identifiquei algumas dissertações de mestrado relacionadas com essa questão nos dois Programas de Pós-Graduação em Educação no Estado de Mato Grosso do Sul: da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS e da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB.e no da UFMS foram identificadas quatro dissertações

A dissertação de Lucimar Rosa Dias (1997), da UFMS, trata da “Diversidade étnico-racial e Educação Infantil: três escolas, uma questão, muitas respostas”, e tem como objeto o cotidiano da pré-escola e a maneira como nele se expressam as relações existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira. O trabalho discute, entre outros, o conceito de raça humana. As noções de raça e classe foram enfocadas no texto, articulando-as à noção de cultura. A autora prioriza a utilização de procedimentos antropológicos na investigação. Enfatiza o debate na educação infantil, direcionado às crianças de cinco a seis anos, por ser uma faixa etária em que estão em formação o pensamento, a criticidade, o modo de

aprender a pensar, ver e agir no mundo, além das relações sociais dos sujeitos diferentes uns dos outros, cada qual com sua cultura e tradição. Esse estudo contribuiu para a construção do meu objeto de estudo, tendo em vista que trouxe um debate a respeito das relações existentes entre vários povos, levando em consideração a aceitação das suas diferentes culturas.

A pesquisa de Dina Maria Silva (2003), da UFMS, “Ascensão social e os conflitos de gênero e raça”, analisa, com base na história de vida das professoras, as condições sociais e raciais da mulher negra, que cursa o ensino superior como forma de superar barreiras para encontrar profissões fora do magistério. Aponta, também, as dificuldades encontradas pela mulher que é discriminada duas vezes, uma por ser mulher e outra por ser mulher negra. Observa que, no mercado de trabalho, o lugar em que a mulher negra encontra maior aceitação é a escola, e que dentre as profissões na sociedade, a de maior frequência entre as mulheres negras é a de professora em escola pública. A autora constata que a ascensão social está mais para mito do que para realidade, especialmente ao verificar que por detrás da conquista profissional se escondem histórias de dificuldades decorrentes das condições econômicas, sociais, de gênero e de raça. O estudo ressalta, ainda, que a profissão de professor sofria, no tempo em que foi realizada a pesquisa enormes desvantagens como, por exemplo, no que diz respeito às condições de trabalho, à valorização salarial, assim como às questões cruciais relacionados ao racismo.

Outra dissertação, produzida no Programa da UFMS, refere à “Mulher negra e trajetória profissional: o magistério como caminho de inserção no mercado de trabalho” de Maria de Lourdes Silva (2004), a pesquisa mostra que a profissão do magistério era a única opção para as mulheres negras, justamente porque não tinha como critério de classificação os elementos raça, etnia ou gênero. No trabalho, a autora ressaltou a importância da profissão do magistério na trajetória da mulher negra. Identifica profissionais, professoras negras do município de Campo Grande-MS e as razões que as levaram a atuar na educação. Verifica, ainda, se a profissão professora foi um mecanismo de inserção no mercado de trabalho. Os dados coletados e analisados pela autora levaram-na a deduzir que a

profissão do magistério e a participação no Movimento Negro foram caminhos que contribuíram para o ingresso da mulher negra na educação pública, inicialmente, e, posteriormente, em outras instâncias, como, por exemplo, nas universidades privadas. A pesquisa permite ter um maior conhecimento sobre a discriminação da mulher negra ao longo da construção histórica da sociedade e sinaliza para a necessidade de respeito a dignidade da raça humana e de resgate a construção da identidade das mulheres negras como um dos principais desafios à conquista dos seus direitos.

A pesquisa de Beatriz Helena Teixeira Conceição (2003), da UFMS, analisa “O Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul e Educação”. Esse Programa de ação afirmativa se estrutura como forma de atender à população de baixa renda, ou seja, àquela pertencente à classe trabalhadora. O trabalho tem a intenção de analisar e debater a proposta de superação das desigualdades raciais no âmbito da educação, destacando a importância do trabalho de combate ao racismo e as contradições presentes no movimento da sociedade contemporânea. A autora descreve um panorama do Movimento Negro em nível nacional, desde a década de 1930, que resulta na criação da Frente Negra Brasileira. Destaca a criação da primeira organização negra (década de 1970), que resulta na fundação do Movimento Negro Unificado. Essas entidades surgiram em períodos de crise do capital e em momentos que coincidiram com movimentos de reivindicação da valorização das diferenças culturais. Acrescenta ainda, que se tratava de uma luta histórica que suscitou em 1980, a formação de um grupo nomeado “Trabalho Estudo Zumbi/ TEZ”. Este grupo teve papel pioneiro na discussão de questões raciais e na apresentação de propostas alternativas, levando em consideração a demanda da população negra no estado de Mato Grosso do Sul. Essa dissertação tem em comum com a minha pesquisa, o estudo de um programa da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, voltado ao combate ao racismo.

Na dissertação de Eugênia Portela de Siqueira Marques (2004), do Programa de Mestrado em educação /UCDB, sobre “A Pluralidade Cultural e a Proposta Pedagógica na Escola”, foi feito “um estudo comparativo entre as

propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos”, verificando de que forma a escola define suas funções e organiza as atividades do cotidiano escolar, voltadas à pluralidade cultural. A partir de procedimentos técnico-metodológicos como análise documental, entrevista semi-estruturada com professores e equipe pedagógica, além de observação em escolas, a autora aponta algumas possibilidades de a escola assumir o desafio de articular a cultura do aluno com a cultura da escola, visando à promoção de uma educação inclusiva e plural, considerando a realidade do lugar em que está inserida e a possibilidade de ser uma escola para todos. Ainda mais, apontou a proposta pedagógica como ação política para resgatar a concepção filosófica da escola, isto é, que norteia o trabalho de uma unidade escolar e que deve ser construída por meio de um processo participativo, envolvendo pais, alunos, técnico-administrativos, professores, direção e demais funcionários. A proposta, assim compreendida, seria uma forma de gestão escolar, que se preocupa com uma filosofia de vida no mundo globalizado, debatendo sobre o que, para que, para quem e para qual sociedade se quer formar o aluno.

O levantamento feito das dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFMS e UCDB mostrou que ainda há carência de investigações relacionadas com a temática racial. Não havia trabalhos mencionando, por exemplo, a formação continuada de professores, voltada às questões étnico-raciais.

De acordo com Andréa Lopes da Costa Vieira (2003, p. 83):

a educação, tanto para pesquisadores como para pedagogos, tem-se constituído um dos eixos básicos na reflexão sobre o combate às desigualdades na sociedade brasileira. Tema multidisciplinar, muito tem sido escrito com relação à prática e à política educacionais [sic], e as análises que vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas têm tentado direcionar a educação para uma ação política, libertadora, e mais essencialmente, democrática.

Sendo assim, com a realização deste trabalho de Dissertação, tenho a intenção de contribuir para fomentar, entre o grupo do magistério, a discussão sobre as desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira, principalmente em Mato

Grosso do Sul. Para tanto, como já mencionei anteriormente, optei por refletir sobre parte de uma experiência ocorrida nesse Estado, visando à formação continuada de professores para a questão étnico-racial. Refiro-me a um Curso de Capacitação de Educadores - AWA DE! – promovido pela SED/MS, durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos, no período de (1999 a 2006), quando, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul/SED/MS<sup>2</sup>, por meio do setor “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”, elaborou e desenvolveu uma proposta de formação continuada, que se constituiu como um Curso de Capacitação de Educadores, com carga horária de 60 horas, sobre a questão racial, visando a capacitação dos professores na perspectiva de valorizar culturas historicamente não contempladas no ambiente escolar, em especial as dos povos negro e indígena.

A delimitação desta pesquisa no entretanto de 1999 a 2006 justifica-se pelo fato de que, neste período, a Secretaria de Estado de Educação de MS/Superintendência de Políticas de Educação por meio da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação criou o setor da “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”, cujo trabalho priorizou a formação de professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, em efetivo exercício em sala de aula voltadas ao atendimento de pessoas com necessidades educativas e especiais, e das que vivem no campo e do campo, incluindo os ribeirinhos, os que moram na margem dos rios, aos que não sabem ler e escrever, os indígenas e aos quilombolas<sup>3</sup>.

Esta dissertação está inserida na Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-

---

<sup>2</sup> O Estado de Mato Grosso do Sul/MS foi criado por meio da Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, com a indicação do primeiro governador Harry Amorim pelo presidente da República Ernesto Geisel Costa. O interesse da presidência era acabar com as duas linhas políticas que orientavam a gestão do Estado em uma disputa de interesses entre pessoas e trocas de favores e de apoio político. O objetivo era o de fortalecer a economia da pecuária, principalmente pela tradição própria da região Sul, bem como o investimento na tecnologia da agricultura, com pensamento voltado à industrialização, para se criar um Estado modelo, aplicando novas técnicas de administração pública no MS. O Estado de Mato Grosso do Sul possui 78 municípios, uma população de 2.078.001 habitantes e tem como capital Campo Grande. (BIGARELLA, 2004, p.78 - 79).

<sup>3</sup> Quilombolas vivem em comunidades remanescentes de quilombos, lugar em que os negros, na condição de escravos, se escondiam quando fugiam do trabalho obrigatório e dos maus tratos impostos pelos brancos. Não aceitavam o fato de não serem valorizados como pessoas e não perceberem remuneração salarial.

Graduação – Mestrado em Educação - da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, e tem como **objetivos específicos**: (a) analisar como ocorreu o processo de formação continuada sobre a questão racial na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, por meio do Curso de Capacitação de Educadores - AWA DE!; (b) verificar a materialização da experiência desenvolvida de modo específico nas escolas participantes desse Curso; (c) verificar a concepção dos diretores, professores e coordenadores participantes do Curso de Capacitação, em relação aos seguintes conceitos: discriminação, preconceito e racismo.

Das 86 escolas estaduais localizadas em Campo Grande/MS, duas receberam o Curso de Capacitação de Educadores - AWA DE!. Isso ocorreu após solicitação dos diretores para que fosse realizado um trabalho sobre diversidade étnico-racial com os professores. Como essas escolas foram as únicas contempladas com o Curso em Campo Grande, ambas foram selecionadas para serem objetos de estudo neste trabalho.

A primeira escola será, denominada de Escola **A**, está situada no Bairro São Francisco, na Vila São Benedito<sup>4</sup>, foi fundada em 21/12/1998, por meio do Decreto Estadual nº 9285, e integrada à Escola Imaculada Conceição, criada pelo Decreto nº 2047 de 12/06/1974 (PEREIRA, 2006). A segunda, denominada de Escola **B**, está localizada no Bairro Universitário e sua criação ocorreu em 5 de agosto de 1980, por meio do Decreto Estadual nº 6045. Ambas as escolas estão localizadas em área urbana, porém, em bairros afastados do centro da cidade. Na Escola **A** o Curso ocorreu nos anos de 2000, 2001 e 2002; na Escola **B**, no entretanto de 2003, 2004 e 2005.

Nas duas escolas o diretor é eleito por meio do voto da comunidade escolar (alunos, pais, professores e funcionários). Esse processo ocorre em cumprimento à Lei nº 3.244, de 06 de julho de 2006, que “dispõe sobre a eleição de diretores, diretores-adjuntos e do colegiado escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências”. Nessa Lei, o Artigo 6º afirma que o

---

<sup>4</sup> A Comunidade Negra da Igrejinha de São Benedito está localizada há aproximadamente 7 Km do centro de Campo Grande. O local, que abriga umas 60 casas, é reduto de descendentes de Eva Maria de Jesus, mais conhecida como Tia Eva, uma ex-escrava que veio de Mineiros – GO e fundou a comunidade em 1919. (MORAES, 2003).

colegiado escolar, o diretor e o diretor-adjunto integram a direção colegiada, instância máxima de decisão na unidade escolar (MATO GROSSO DO SUL, 2006). O Artigo 7º desse mesmo documento explicita que o colegiado escolar é órgão de caráter deliberativo, executivo, consultivo e avaliativo, nos assuntos referentes à sua gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais vigentes. O Artigo 9º explicita que “a unidade escolar deverá eleger os membros do colegiado escolar dentre os segmentos de alunos, pais, professores, coordenadores pedagógicos e funcionários administrativos” e que o mandato deve ser de “três anos, podendo ser reeleitos, por meio de voto secreto e direto de valor proporcional”, sendo distribuídos 33,33% para cada um dos segmentos: (1) profissionais da Educação Básica, (2) pais e (3) alunos.

Para o levantamento dos dados sobre os trabalhos desenvolvidos nas Escolas **A** e **B**, tendo em vista a questão racial, foram realizadas entrevistas, com base em um roteiro de questões abertas, com os sujeitos que participaram do Curso de Capacitação AWA DE! Foram eles: os Diretores, os Coordenadores e os Professores (um de cada escola) das séries finais do Ensino Fundamental. Estes últimos foram escolhidos por serem os responsáveis pelo desenvolvimento de projetos relacionados à temática racial, além de serem os docentes que mais demonstraram interesse em dar continuidade aos trabalhos envolvendo a questão racial, após a sua participação no Curso oferecido pela SED/MS.

Selecionados os participantes da pesquisa, foi realizado um total de seis entrevistas. Os entrevistados das Escolas **A** e **B** terão, de ora em diante, a seguinte identificação:

**Diretor A:** Graduada em Pedagogia. Exerce a função de Diretora há dois anos, com vínculo há sete anos na Escola. Está na Rede Estadual de Ensino de MS há doze anos e participa da Associação de Moradores de seu bairro.

**Professor A:** Professor graduado em Filosofia. Atua na Escola há quatro anos; sua forma de ingresso foi por meio de convocação; exerce a função de Professor há nove anos. Foi militante do Movimento Negro em Rondonópolis, Mato Grosso.

**Coordenador A:** Coordenadora Pedagógica graduada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia. Possui seis anos de vínculo com a Escola, tempo em que exerce a função de Coordenadora. Atua há vinte e quatro anos no serviço público; já participou do Sindicato dos professores.

**Diretor B:** Graduado em Filosofia. Exerce a função de Diretor há seis anos. Está vinculado à Escola há dez anos. Há quatorze anos está na Rede Estadual de Ensino de MS; participou de Associação de Moradores.

**Professor B:** Graduado em Letras. Atua na Escola há sete anos e há oito possui vínculo com a Rede Estadual de Ensino de MS; há oito anos está na função de Professor de Literatura. Participou da Pastoral da Juventude e do Movimento Negro.

**Coordenador B:** Coordenador Pedagógico, formado em Geografia. Possui vínculo com a Escola há quinze anos, sendo oito na Coordenação. Há dezessete anos está na Rede Estadual de Ensino de MS. Foi sindicalista pela ACP (antiga Associação Campo-Grandense de Professores, atualmente denominada de Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública). Para a realização das entrevistas, foi assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual cada um dos entrevistados declarou tomar conhecimento dos objetivos e da metodologia da pesquisa. As entrevistas foram gravadas em fita K-7 e posteriormente transcritas.

Esta Dissertação está organizada da seguinte forma:

No **primeiro capítulo** procuro descrever a política educacional referente à questão racial, com enfoque a partir de 1990, destacando os Atos dos governos federal e estadual, além de outros documentos que dizem respeito à promoção de políticas específicas para a população negra.

O **segundo capítulo** foi organizado com o intuito de explicitar o processo de formação docente voltada à questão étnico-racial. Enfatizo o trabalho do setor de Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, com seus objetivos e

atribuições. Destaco o Curso de formação para a questão racial – AWA DE! - destinado aos docentes, que atingiu a seis municípios do estado, contemplando 34 das 379 escolas da Rede Estadual de Ensino.

O **terceiro capítulo** analisa a materialização do Curso ocorrido nas escolas **A** e **B**, destacando os relatos dos diretores, professores e coordenadores pedagógicos participantes do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, tendo como referência as entrevistas realizadas *in loco*.

Por último, nas **considerações finais**, procuro destacar os principais aspectos investigados neste trabalho, com ênfase na formação continuada de professores, voltada à diversidade étnico-racial, particularmente à população negra, cujo objetivo foi o de contribuir para que os docentes pudessem pôr em prática, em seu cotidiano escolar, novas ações, tendo em vista a valorizar e respeitar o negro e demais etnias e raças que compõem a diversidade da população.

## **CAPÍTULO I - POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.**

O desafio de uma moderna agenda de políticas públicas no Brasil solicita uma ruptura com o insano silêncio estabelecido diante dos múltiplos aspectos históricos, éticos, políticos e socioeconômicos da desigualdade racial. Faz-se necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades, igualdade de condições e igualdade de resultados dispondo, entre outros, de políticas explícitas de inclusão racial. (HENRIQUES, 2003, p.17).

Este capítulo discute as políticas expressas em documentos sobre a diversidade étnico-racial, especialmente no campo educacional, no que tange à valorização e respeito às minorias sociais, como o negro e o índio, que por meio dos atos de governo vêm cumprindo, mesmo que timidamente, uma agenda de políticas para a promoção da igualdade racial.

Os atos políticos do governo federal e estadual que serão explicitados neste capítulo têm a intenção de focalizar as políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira, em especial as que se referem à educação e que se materializam/concretizam nas escolas, principalmente a partir da década de 1990.

Entendo que as relações humanas, sociais e educativas se concretizam por meio de trocas de experiências, com base no convívio social, em especial na chamada escola formal, concebida como lugar de sistematização de conhecimento, de construção de uma qualificação profissional e humana institucionalmente legitimada, por meio de políticas educacionais que garantam o ingresso e a permanência de todos na escola. Compartilho, com Zaidan (2003, p.145), da idéia de que:

Nesta ótica, ser a favor da inclusão de todos na escola, como um direito conquistado pela sociedade e ser a favor da formação mais global do educando é um discurso que a docência engajada tem assumido, mas só há algum tempo tem praticado e experimentado o seu significado.

### **1.1 Atos de governo no âmbito federal, relativos à diversidade étnico-racial, relacionados com a escola**

Notadamente, no Brasil, vêm tomando corpo as discussões sobre as ações afirmativas, concebidas como políticas de reparação e combate à discriminação racial, para atender aos grupos excluídos que sofreram, historicamente, a não inserção no mercado de trabalho e nas instituições de ensino. Essa idéia é expressa por Rezende (2005 p. 157):

A expressão ‘ação afirmativa’ tornou-se popular, neste início de século, no governo, na imprensa, nas universidades, em diversos campos da vida social brasileira. Surge na sociedade americana dos anos 60 para designar as políticas dirigidas aos grupos minoritários – negros, mulheres e minorias étnicas -, destinadas a promover a inclusão destes, especialmente, no mercado de trabalho e nos diferentes níveis de ensino.

Essa afirmação evidencia que a sociedade americana intensificou as políticas de inclusão para atender aos grupos minoritários. Tais ações foram resultantes de debates ocorridos em diversas reuniões, congressos e fóruns que tratavam diretamente dessa questão.

O Brasil é signatário de documentos relacionados com a questão da diversidade étnico-cultural e racial e com a promoção da igualdade de direitos à população negra. Portanto, se comprometeu a cumpri-los, reconhecendo a necessidade de criar políticas públicas voltadas à população negra e a outras pessoas que sofrem preconceito, discriminação e que têm baixo poder econômico.

No que se refere às políticas sociais, Silva (1997, p. 189) menciona:

[...] é possível dizer que as políticas sociais não podem ser anti-econômicas, mas é freqüente que as políticas econômicas sejam anti-sociais. Estamos falando, portanto, de uma arena de lutas por acesso à riqueza social - o Estado. Responsável pela formulação e execução daquelas políticas, o Estado constitui, por assim dizer, a esfera comum a todos - embora desiguais - na luta pela cidadania. Expressa as relações sociais, seja pelo confronto, pela negociação ou pela cooptação, mas sempre pela hegemonia de uma determinada classe social e de seu projeto societário. O que equivale dizer que as políticas públicas - sociais e/ou econômicas -, longe da idéia de consenso social, são a expressão de conflitos de interesses das camadas e classes sociais.

É importante registrar que, no Brasil, ficou estabelecido que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Lei nº 7.716, aprovada em 5 de janeiro de 1989, conhecida como Lei Afonso Arinos e denominada de Lei Caó. Silva Júnior (2003, p. 105-106), assinala que

[...] a Lei 7.716/89, a denominada Lei Caó, que criminaliza a discriminação fundada em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, e, especificamente nos seus artigos 3º 4º, sanciona a discriminação no acesso a qualquer cargo da administração direta, indireta, e nas concessionárias de serviço público, como também no acesso a emprego em empresa privada.

Em 1990, o Movimento Negro organizado intensificou sua manifestação sobre a temática das desigualdades raciais, com a intenção de ampliar o debate com a sociedade, propondo mecanismos para a valorização da diversidade cultural e racial no país. Desde o início, o Movimento Negro buscou traçar políticas de combate à discriminação racial e de reparação da desigualdade na educação (ROCHA, 2005).

A partir dessa realidade, os governos também começaram a enfatizar propostas de políticas públicas voltadas à diversidade étnico-racial. Segundo Rocha (2005, p. 202),

os governos, por sua vez, sempre foram tímidos ao propor e aplicar políticas de combate ao racismo através de suas secretarias. Apenas da década de 1990 ampliam-se as propostas

de políticas públicas de governos estaduais e municipais, sobretudo, no que diz respeito à aprovação de leis, decretos e portarias, visando à promoção da igualdade etno-racial no contexto escolar.

O governo federal, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) criou, no dia 20 de novembro de 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, cuja finalidade era a de coibir formas de discriminação e preconceito. Como fruto do trabalho desse Grupo, e também da reivindicação do Movimento Negro no Brasil, elaborou-se o Documento “Construindo a Democracia Racial”, no qual foram apresentadas propostas de políticas públicas para serem desenvolvidas (BRASIL, 1998).

Ainda em 1995, ocorreu o Seminário de Estudos “O Pensamento Negro em Educação, no Brasil: expressões do Movimento Negro”, realizado nos dias cinco a nove do mês de julho, na cidade de São Carlos/São Paulo, organizado pelas professoras Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Lucia Maria de Assunção Barbosa. No Seminário foram apresentados relatos de experiências de formação de professores com a temática do combate ao racismo, que resultaram na publicação de um livro com o mesmo título do Seminário (DIAS, 2007).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9.394/96 dispõe em seu artigo 26, parágrafo 4º, que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia” (BRASIL, 1996).

Ainda em 1996 instituiu-se o Programa Nacional de Direitos Humanos, por meio do Decreto de nº 1.904, de 13 de maio de 1996 (revisado pelo Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002, quando ficou conhecido como Programa de Direitos Humanos II - PNDH II, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, pertencente ao Ministério da Justiça), com o objetivo de identificar principais obstáculos à promoção e defesa dos direitos humanos no país e sugerir ações e políticas de valorização da população negra. Esse trabalho possibilitou a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituído pela Portaria 66, de

12 de maio de 2003, da Secretaria Especial de Direitos Humanos – (SEDH) (BRASIL, 2004a).

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), destinados ao Ensino Fundamental, apresentam o volume nº 10 “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, com o intuito de

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997, p. 4).

Em maio de 2002, o governo, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, lançou o Programa Nacional de Ações Afirmativas, com “os princípios da diversidade e do pluralismo no preenchimento de cargos da administração pública federal e na contratação de serviços por órgãos do governo”. Nessa mesma data instituiu o Plano Nacional de Direitos Humanos II, de combate à discriminação. Lançou também o Programa de Ação Afirmativa Barão do Rio Branco, com objetivo de apoiar afrodescendentes interessados em estudar para concurso de carreira diplomática (BRASIL, 2004a).

Ainda em 2002, iniciou-se o Prêmio “Educar para a Igualdade Racial: Experiências de promoção da igualdade racial/étnica no ambiente escolar”, destinado a professores da Educação Básica do Brasil, promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) (uma instituição não-governamental), visando a promover na escola uma discussão acerca da valorização e respeito à diversidade cultural e étnica. Essa ação resultou em três edições do Prêmio, nos anos de 2002, 2004 e 2006 (DIAS, 2007).

O governo, no primeiro mandato (2003 - 2006) do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria Especial de Política para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por Medida Provisória nº 111, de 21/03/03, convertida na Lei 10.678/03, em 23 de maio. Essa Secretaria tinha por objetivo promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por

discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. Ribeiro (2004, p. 8) afirma que, com a criação da SEPPIR, o governo

[...] instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade de Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

No mês de julho de 2004, o mesmo governo criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD, acoplada ao Ministério de Educação/MEC, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades educacionais, por meio da participação de todos os cidadãos, em especial de jovens e adultos, em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação continuada. Além disso, a Secretaria respondia pela orientação de projetos político-pedagógicos voltados para os segmentos da população vítima de discriminação e de violência (DIAS, 2007).

Ainda em 2004, o Conselho Nacional de Educação/CNE publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/DCEER, uma política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e que busca combater o racismo e as discriminações que atingem, particularmente, aos negros (BRASIL, 2004b).

Em julho de 2005 aconteceu em Brasília a I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, evento no qual foram debatidas as relações raciais e étnicas no Brasil, com vistas à construção do Plano Nacional de Políticas de promoção da Igualdade Racial que resultou em propostas para se tratar das questões raciais como política pública em todos os segmentos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Informações contidas no folder da I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, 2005.

Todos os atos governamentais citados até aqui evidenciam a atuação de órgãos públicos e dos movimentos sociais organizados, no sentido de promover medidas que dêem visibilidade à população negra que enfrenta o racismo, o preconceito e a discriminação racial. A importância de tais Atos como “ações afirmativas”, no Brasil, é abordada por Cidinha Silva (2003, p. 20 - 21):

Ação afirmativa é uma iniciativa essencial de promoção da igualdade. As ações afirmativas não se restringem aos Estados Unidos, país no qual alcançaram maior visibilidade, tampouco às pessoas negras. Na Índia, desde a primeira Constituição em 1948, previam-se medidas especiais de promoção dos Dalits ou Intocáveis, no parlamento (reserva de assentos), no ensino superior e no funcionalismo público. Na Malásia foram adotadas medidas de promoção da etnia majoritária (os Buniputra) sufocada pelo poder econômico de chineses e indianos. Na antiga União Soviética adotou-se uma cota de 4% de vagas para habitantes da Sibéria na Universidade de Moscou. Em Israel adotam-se medidas especiais para acolher os Falashas, judeus de origem etíope. Na Nigéria e na Alemanha há ações afirmativas para as mulheres; na Colômbia, para os(as) indígenas; no Canadá, para indígenas e mulheres, além de negros(as), como as medidas existentes na África do Sul. O principal objetivo da ação afirmativa para as pessoas negras é combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica. Outra meta importante é introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os chamados diferentes. Em nossa perspectiva, a questão da convivência entre os (as) diferentes como introdutora de mudanças de ordem estrutural só faz sentido quando se desconstroem as estruturas da desigualdade.

Borges e Figueiredo (2005, p.14) consideram que “[...] as políticas de ação afirmativa são conquistas honrosas resultantes da superação de muitos desafios e da busca propositiva de políticas públicas para grupos como os negros e os índios, historicamente excluídos de processos sociais, econômicos, culturais e políticos”. Nessa perspectiva, as Ações Afirmativas se estruturam no Brasil como meio de possibilitar à população negra, ou qualquer outra etnia, o acesso ao mercado de trabalho, salário compatível com o desempenho de sua função e à educação. E com base em atos governamentais as políticas de ação afirmativa que são em geral, políticas focalizadas, viabilizam mecanismos para debater problemas de ordem social, cultural, econômica e racial, universalização do direito a escola para todos.

É importante ressaltar o passado escravista do Brasil, mantido ao longo de praticamente quatro séculos. Isto talvez ajude a explicar que na sociedade brasileira no século XXI, ainda há pessoas excluídas do processo ou dos programas dos governos, sendo-lhes reservados programas de inclusão para reduzir a desigualdade racial e social. Ainda persiste, portanto, a falta de oportunidade para a população negra. Rufino (2003, p. 29) lembra que:

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão e o penúltimo a interromper o tráfico de seres humanos. Foi também o que mais recebeu escravos entre todos os países das Américas do Norte, do Sul e Central. Das quase dez milhões de pessoas forçadas a vir para as Américas, 3,6 milhões foram trazidas para o nosso país. Hoje, quando falamos da população negra, não estamos falando de uma minoria racial, mas de 45,3% da população brasileira, de cerca de 70 milhões de pessoas. Estamos falando da maior população negra do mundo depois da Nigéria.

Pesquisas oficiais assinalam que a porcentagem de escolaridade do negro, em todos os níveis, continua em desvantagem em relação aos brancos, apesar de ter havido uma considerável melhora. A esse respeito, Henriques (2003, p. 15) afirma:

Apesar de melhoria nos níveis médios de escolaridade da população brasileira ao longo do século XX, o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações. De fato, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. (...) E, de forma assustadoramente natural, encontra-se a mesma diferença entre os avós desses jovens. Assim, brancos e negros olham um para o outro durante um século e, do ponto de vista relativo, situam-se estritamente na mesma posição. Como paralelas mergulhadas na inércia da eternidade brancos e negros não se encontram.

A desigualdade racial requer que sejam desenvolvidas estratégias de inclusão social com viés racial, com possibilidade de acesso de todos aos direitos sociais. O campo educacional requer a implantação de políticas públicas para que a

população negra tenha mais oportunidade nos espaços sociais. Fazem parte dessas políticas as Ações Afirmativas. Como afirma Cidinha Silva (2003, p.17-19),

O debate sobre as ações afirmativas (AA) no Brasil tomou proporções apresentadas pelo governo brasileiro na III Conferência Mundial contra o Racismo: a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que se realizou no período de 30 de agosto a sete de setembro de 2001 em Durban, África do Sul. Importa salientar que os movimentos Negro (MN) e de Mulheres Negras (MMN) desempenharam papel fundamental no processo de negociação e pressão ao Planalto Central para que medidas de combate às desigualdades raciais, decantadas pelos institutos de pesquisas oficiais, fossem adotadas antes mesmo da Conferência. Os principais institutos responsáveis pela produção e análise dos indicadores socioeconômicos brasileiros, notadamente Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), orientaram as discussões sobre a premência da adoção de políticas de AA no Brasil para produzir condições de equidade para a população negra.

Mesmo antes da “III Conferência Mundial contra o Racismo: a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”, no ano de 2001, em Durban, já vinham sendo apresentadas propostas do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial. Nesse contexto, importa destacar a participação do Movimento Negro, as suas ações de propor e reivindicar aos órgãos competentes medidas para a redução das desigualdades raciais da população negra no país.

## **1.2 Atos direcionados à diversidade étnico-racial e cultural no Estado de Mato Grosso do Sul.**

Esta seção apresenta atos do governo voltados à diversidade étnico-racial no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando a valorizar a população negra e a implementar políticas nessa direção. Apresenta contextos que possibilitaram a elaboração de documentos tendo em vista à promoção da igualdade racial, principalmente, a partir da década de 1990.

Em outubro de 1997 foi realizado em Mato Grosso do Sul o “Seminário Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e a

Implementação da Convenção 111”. Foi o primeiro Seminário de uma série que foi levada aos demais estados do Brasil, com o objetivo de cumprir com os compromissos assumidos pelo Governo Federal ao ratificar a Convenção 111 - Discriminação no Emprego e Profissão, da Organização Internacional do Trabalho. Desde então, com base nesse documento, o Ministério do Trabalho, além de outros, vem desenvolvendo ações tendo como eixo principal as questões de gênero e raça (BRASIL, 1998).

Em 1998, em Mato Grosso do Sul, no governo de Wilson Barbosa Martins (1991 – 1998), criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE), com objetivos de propor políticas específicas para combater as desigualdades raciais e atender ações específicas à população negra do Estado (MATO GROSSO DO SUL, 2002).

Em 1999, o governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999 - 2006), retoma a discussão criando a Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo, com o objetivo de implementar em todas as Secretarias de Governo de Mato Grosso do Sul ações para atender à população negra. O Decreto 10.681, de quatro de março de 2002, destaca, em seu Artigo 1º, que

fica criada a Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo, no âmbito da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Governo, com a finalidade de subsidiar as ações do Governo com informações e medidas efetivas de combate ao preconceito racial e suas conseqüências econômicas, sociais e culturais. (MATO GROSSO DO SUL, 2002, p. 3).

Além desse ato, a Diretoria de Políticas Específicas em Educação, criada pelo Decreto Estadual de MS nº 9607, de 24/08/1999, e redimensionada por meio do Decreto nº 10.200, de 04/01/2001, renomeada de Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, ficou responsável pelo trabalho de formação de professores, no que diz respeito à questão racial. A formação estaria a cargo do setor de Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial (MATO GROSSO DO SUL, 2005a).

Em 2002, o governo de Mato Grosso do Sul criou o “Programa de Superação da Exclusão Social Resultante das Desigualdades Raciais”, formulado em maio de 2001, com a realização da oficina “Políticas Públicas e a Superação das Desigualdades Raciais”. Esse Programa, que à época visava a superação das desigualdades sociais e raciais do Estado, teve nova versão no período de 2003 a 2006, com o mesmo objetivo do Programa previsto pela Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo, posteriormente denominada de Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (CPPIR). (MATO GROSSO DO SUL, 2003).

Na direção das políticas de Ação Afirmativa, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, por meio da Lei de nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002, dispôs sobre a reserva de vagas aos vestibulandos índios. Outra Lei, a de nº 2.605, de seis de janeiro de 2003, destinou 20% das vagas para alunos negros interessados no ingresso nos cursos de graduação (MATO GROSSO DO SUL, 2003). É importante ressaltar que a Lei de Cotas foi aprovada na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por força de pressão do Movimento Negro do Estado.

O governo de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Educação, na gestão do Professor Hélio de Lima (2003 - 2006), apresentou para o quadriênio de 2003-2006 o Projeto Político-Educacional denominado “Escola Inclusiva: espaço de cidadania”, cujo propósito era, basicamente, o de acesso de todos à educação de qualidade. Nesse Projeto consta que

em Mato Grosso do Sul, são 71.139 pessoas da raça negra e 788.797 pessoas pardas. A Secretaria de Estado de Educação desenvolve cursos de formação continuada para professores, com objetivo de combater a exclusão sob forma de discriminação racial e de preconceito no espaço escolar, instrumentalizando para superar as desigualdades raciais, valorizar a diversidade e promover a inclusão escolar e social dos diferentes grupos étnicos. (MATO GROSSO DO SUL, 2005b, p. 9-10).

Em 2004, a SED/MS realizou o “I Fórum Estadual: Educação e Diversidade Étnico-Racial – Implementando a Lei 10.639 em Mato Grosso do Sul”. O Fórum aconteceu na cidade de Campo Grande, no mês de agosto, nos dias, 11, 12

e 13, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), contando com a parceria do Ministério da Educação e Cultura e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e com a participação de mais de 300 professores, incluindo as três Redes de Ensino - estadual, municipal e particular do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse evento visou à capacitação de docentes e militantes do Movimento Negro para o trabalho com a diversidade étnico-racial e, ainda, à criação de um Fórum no Estado para continuar a discutir a questão racial<sup>6</sup>. O Fórum aconteceu também em vários outros estados do Brasil, tendo como objetivo elaborar estratégias para criar políticas de promoção da igualdade racial para a população negra.

A importância dessas ações é mencionada por Ribeiro (2005, p. 9):

Estados e municípios são atores estratégicos na valorização do aprendizado como exercício de cidadania. Nossa tarefa hoje é árdua, e vem de longa data. Destacamos alguns aspectos: a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas (Durban, África do Sul, 2001); o encaminhamento dos oito mega-objetivos das Metas do Milênio (PNUD); a instituição de Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o coroamento com a instituição do Ano de 2005 como o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial e da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

No ano de 2005, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS) aprovou o Parecer Orientativo nº 131/2005, de 05/10/05, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com objetivo de orientar o ensino em conformidade com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e com a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nas instituições públicas e particulares de ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2005b).

---

<sup>6</sup> Informações obtidas em folder do I Fórum Estadual: Educação e Diversidade Étnico-Racial – Implementando a Lei 10.639 em Mato Grosso do Sul, 2004.

Ainda em 2005, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul publicou o Caderno de Diálogos Pedagógicos – Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense. Esse Caderno foi dirigido aos docentes da Rede Estadual de Ensino, com intuito de fundamentar as ações de combate ao racismo, pela via do seu trabalho pedagógico (MATO GROSSO DO SUL, 2005c).

Em 2006, a elaboração do Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o município de Campo Grande-MS teve início durante o 5º Ciclo de Conferências Locais – Programa Comunidade Viva – com o tema “Promoção da Igualdade Racial”, com ênfase na população negra. Posteriormente à abertura desse evento, foram realizados encontros regionalizados em oito locais de Campo Grande, de 20 de junho a 17 de julho do mesmo ano. Os encontros tiveram a participação dos órgãos governamentais e não-governamentais e culminaram com a publicação do Plano e a sua distribuição para a sociedade. Foram parceiros desse evento: a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas Sociais de Mato Grosso do Sul, o Conselho Municipal dos Direitos do Negro e o Instituto Municipal de Planejamento Urbano<sup>7</sup>.

Em conformidade com os atos do governo federal da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, elencados neste capítulo, o governo estadual de Mato Grosso do Sul (1999 – 2006) elaborou documentos para garantir uma política diferenciada e destinada à população negra, principalmente no tocante à instituição escolar. Iniciou-se um trabalho específico voltado à questão racial, com os professores da Rede Estadual de Ensino. De acordo com Borges e Figueiredo (2005, p. 14),

o objetivo dessas ações é fomentar o conhecimento e valorizar a diversidade étnico-cultural, além de capacitar e subsidiar os professores da Rede Estadual de Ensino para uma maior conscientização e reflexão sobre o processo de discriminação, preconceito e racismo na escola. A escola funciona como elemento fundamental de reprodução dessas práticas para toda a sociedade brasileira, e é dela que deve partir uma efetiva

---

<sup>7</sup> Informações de folder da Coordenadoria especial de políticas públicas sociais, 2006.

intervenção social para extinguir qualquer tipo de tratamento inferiorizante.

Assim sendo, a política pública educacional requer novas estratégias de condições para formação continuada de professores em diversidade étnico-racial. O debate sobre a questão racial, no âmbito escolar, fundamenta ações daqueles que pensam e fazem o ensino e aprendizagem, a partir de uma realidade pautada na temática étnico-racial. Essa perspectiva é acentuada por Lopes (2003 p. 177):

A formação dos professores é uma tarefa fundamental na reforma estrutural da escola e no desenvolvimento de uma perspectiva político-educativa intercultural. Não se deveria culpabilizar o professor pelas resistências que a escola mostra diante da introdução de modelos educativos que rompem com a hegemonia do paradigma dominante.

Os documentos do governo federal e do governo estadual de Mato Grosso do Sul, materializaram a necessidade de uma política de formação de professores para lidar com as questões étnico-raciais na escola, como uma estratégia que Bianchetti (1999, p. 88-89) afirma:

Consideramos as políticas sociais como as estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Estas estratégias se compõem de planos, projetos e diretrizes específicos em cada área de ação social. Em termos globais, integram estas políticas ligadas à saúde, educação, habitação e previdência social.

Essa formação é entendida como ação política para trabalhar a diversidade e a identidade cultural da população brasileira e promover a valorização e o respeito étnico. Ressalte-se que se deve buscar o desenvolvimento de políticas para a promoção de igualdade racial tanto em nível nacional como no Estado de Mato Grosso do Sul.

No próximo capítulo será enfatizado - o processo de formação continuada de professores do Estado de Mato Grosso do Sul, voltado para a questão étnico-racial.

## **CAPÍTULO II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL NA TEMÁTICA RACIAL. O CURSO DE CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES AWA DE!**

O presente capítulo explicita o processo de formação dos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, voltado à questão racial, no período 1999 a 2005. Enfatiza a experiência do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação/Superintendência de Políticas de Educação/Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, sendo este último responsável pela operacionalização.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul registrou um fato histórico no pleito eleitoral de 1998. Pela primeira vez, desde a sua criação em 1977, a população elegeu para seu governante um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). A esse respeito, Bittar (2000, p. 5) destaca:

A velha política dos chefes dominou o jovem estado até as eleições de 1998, quando foi eleita a coligação de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores. O significado dessas eleições para o jovem estado, que atingiu sua maioridade, é duplo: a) representa o fim de um longo período dominado pelos chefes políticos oriundos da dualidade herdada do antigo Mato Grosso; b) demonstra que a política tem relativa autonomia, pois, num estado de estrutura agrária, onde, segundo dados do Censo Agropecuário de 1996, 12% dos proprietários detêm 80% das terras, Zeca do PT conseguiu derrotar dois grupos hegemônicos oriundos das oligarquias.

A população de Mato Grosso do Sul, com essa escolha para o governo estadual, demonstrou o anseio por uma mudança, fundamentada em um Programa de Governo que tinha intenções declaradas de inclusão dos menos favorecidos.

No período de administração desse governo foram desenvolvidos projetos específicos nessa direção, tais como: bolsa-escola, segurança alimentar, cursinho pré-vestibular popular, atendimento às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, bem como aos portadores de necessidades especiais e às pessoas que não sabem ler e escrever. (MATO GROSSO DO SUL, 2005a).

## **2.1 A Constituinte Escolar de Mato Grosso do Sul e a Formação Continuada de professores da Rede Estadual de Ensino sobre a questão racial**

Nesta seção descrevo parte da construção do Projeto “Escola Guaicuru<sup>8</sup> – vivendo uma nova lição” que, por meio da Constituinte Escolar, possibilitou a Mato Grosso do Sul iniciar trabalhos voltados à questão racial, em especial, no que diz respeito à formação de docentes com o foco na temática da diversidade étnico-racial. O Projeto Guaicuru teve como principal objetivo a elaboração do Plano Estadual de Educação para a Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. O Projeto foi construído por meio de um processo participativo, envolvendo a Secretaria de Estado de Educação, sindicatos, pais e a comunidade escolar.

O governo de José Orcírio Miranda dos Santos, na sua primeira gestão (1999-2002), por meio do Secretário de Estado de Educação Pedro César Kemp Gonçalves, desencadeou o movimento denominado Constituinte Escolar. A importância de um movimento como esse é destacada por Mariuza Aparecida C. Guimarães (2006, p. 1- 6):

A Constituinte Escolar, um instrumento forjado no calor das lutas da esquerda, como meio de participação efetiva da comunidade na reflexão, elaboração e aprovação das políticas educacionais [...] tem como objetivo a construção do Plano Municipal de Educação, da Lei de Sistema e das Políticas Educacionais, iniciando-se promovendo ampla mobilização de toda a comunidade, tendo como referência principal que, democracia em nível político e

---

<sup>8</sup> O nome “Guaicuru” resgata o processo histórico da formação do povo sul-mato-grossense, por fazer referência aos grupos indígenas “que ocuparam e dominaram, com exclusividade, quase todo o território correspondente a Mato Grosso do Sul, dando origem à Nação Guaicuru”. (MATO GROSSO DO SUL, 1999a).

social, deve ser um regime político em que há condições efetivas de socialização do poder, por meio de decisões conjuntas e responsabilidade coletiva pela execução.

O movimento da Constituinte Escolar em Mato Grosso do Sul iniciou uma discussão mais acentuada com a sociedade civil organizada, direcionada a várias questões no âmbito educacional, visando à construção do Plano Estadual de Educação para MS (PEE/MS). Para subsidiar as discussões, foram elaborados dezesseis Cadernos Temáticos denominados: 1. Educação de Jovens e Adultos - Educação Profissional; 2. Educação e Etnias Indígenas e Negros; 3. Educação Ambiental; 4. Assessoria Técnica Escolar; 5. Educação e Tecnologia; 6. Portadores de Necessidades Especiais; 7. Educação Básica do Campo; 8. Função Social da Escola; 9. Ensino Noturno; 10. Violência Ética e Cidadania; 11. Gestão Democrática; 12. Financiamento da Escola Pública e Estrutura Física da Escola; 13. Formação Continuada; 14. Grêmios Estudantis; 15. Fundamentos de Currículo; 16. Os trabalhadores da Educação.

A Constituinte Escolar teve como objetivo o debate norteador para implantar e implementar políticas públicas para a educação, assegurando a participação de educadores, pais, estudantes, funcionários, movimentos populares e sindicais, além de instituições do poder público, a fim de definir os rumos da educação e da escola pública em Mato Grosso do Sul. Peroni (2004, p. 57) destaca que “[...] é com esse princípio democrático, de coletivização das decisões que foi construído o Plano da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (MS)”. A autora ainda afirma que:

O conteúdo da Constituinte Escolar foi inicialmente discutido no conselho político ampliado da Secretaria Escolar de Educação, onde aproximadamente 50 pessoas, entre elas, o Secretário, superintendentes, chefes de núcleo, técnicos, representantes do Sindicato, do Conselho Estadual de Educação, da Universidade Estadual e os consultores debateram qual seria o formato da Constituinte no estado. Foi decidido, entre outras importantes questões, que construiríamos coletivamente o plano da rede estadual de educação do MS (PERONI, 2004, p. 58).

Assim, a Constituinte Escolar no Estado de MS tratou de problemas e decisões sobre a política de educação para a Rede Estadual de Ensino, com os segmentos envolvidos na comunidade escolar. As escolas discutiram e fizeram emendas que foram debatidas e votadas por mais de 1.200 delegados na Plenária Final do Congresso Constituinte, ocorrido nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001 (PERONI, 2004).

Foi por meio do processo da Constituinte que se iniciou a discussão para a elaboração do Plano Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. O Plano não foi concretizado nesse entretempo, ocasionando, assim, a interrupção do processo. Aranda (2004, p. 119) afirma:

Faz-se importante lembrar que o Projeto Constituinte Escolar fundamenta-se na gestão democrática, cuja articulação se pretende na base da democracia participativa. Esta base não deu conta de concretizar um projeto educacional, uma vez que este projeto educacional fica subjugado a um projeto de governo simplificado em um determinado partido político: o Partido dos Trabalhadores (PT).

A mesma autora ainda assinala que

o partido é importante, não se nega, mas é preciso que os interesses particulares individuais ou de pequenos grupos não se sobreponham aos interesses de um coletivo maior de sujeitos. Um partido não se constitui por si só, ou seja, 'preso em uma redoma de vidro', pelo contrário, ele se dá e se faz nas múltiplas relações da sociedade (ARANDA, 2004, p. 120).

A afirmação de Aranda (2004) evidencia que a interrupção do projeto da Constituinte Escolar deveu-se à desarticulação interna entre membros do PT com ideologias diferentes, além da acomodação política do governo de Mato Grosso do Sul. No entanto, independente da conclusão do Plano Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, a experiência de discussão para a sua elaboração serviu para iniciar o debate sobre a questão racial nas escolas públicas do Estado.

Durante o processo participativo da Constituinte, envolvendo vários segmentos da sociedade civil e sociedade política, foi elaborado o Caderno

Temático nº. 2, intitulado Educação e Etnias Indígenas e Negros, como forma específica de orientar a reflexão e discussão dos professores do Estado. A produção do Caderno foi uma das etapas do processo da Constituinte Escolar relacionada à discussão da temática Afro-Educação:

A Escola Guaicuru – Vivendo Novas Lições, no intuito de promover mudanças no ensino estadual, propõe uma ampla discussão sobre as relações raciais na escola, em especial sobre as condições da população afro-brasileira. Sabendo que os negros são estereotipados e quase ausentes nas telenovelas, que o padrão de beleza é branco, que são poucos os negros em posição de destaque fora do futebol e da música, que os negros formam a grande parte da população pobre do Brasil, o nosso desafio é avaliar como isso chega às escolas e afeta as nossas crianças, adolescentes e a comunidade escolar como um todo. Ou seja: de que forma o racismo e a desigualdade racial vigentes na sociedade brasileira se manifestam na sala de aula? (MATO GROSSO DO SUL, 2000a, p. 21).

Esse mesmo Caderno incluiu, especificamente, a temática Afro-Educação, e nele constavam as seguintes linhas de ação:

- a) qualificar educadores para a superação de atitudes discriminatórias; produzir material de apoio para os professores;
- b) elaborar diretrizes para a abordagem das relações raciais na escola; recuperar a História das comunidades quilombolas;
- c) valorizar as tradições culturais e trabalhar políticas que visam a garantir o direito à cidadania e à educação, de qualidade (MATO GROSSO DO SUL, 2000a).

O Caderno Temático sobre Formação Continuada (nº. 13) sinaliza que,

para a materialização do sonho de uma educação de qualidade social, é imprescindível criar condições reais para que a escola estabeleça bases novas para a organização do trabalho didático. Quando fazemos esta afirmação, estamos querendo dizer que o fazer teórico-prático da comunidade escolar precisa ser repensado à luz das necessidades concretas da população usuária da escola pública (MATO GROSSO DO SUL, 2000b, p. 6).

Apesar de o projeto político-educacional “Escola Guaicuru” ser interrompido devido a injunções e articulações políticas ocorridas no governo do

Estado de Mato Grosso do Sul, o trabalho da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, da Secretaria de Estado de Educação, não parou. Essa situação estava em consonância com uma política mais ampla, por exemplo, com a do governo federal, de trabalhos específicos, por exemplo, o da Secretaria Especial de Política para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), voltados para a promoção da igualdade racial.

A Coordenadoria foi proposta, com a finalidade de viabilizar a inclusão de populações historicamente excluídas ou atendidas de forma ineficiente ou insuficiente. Como estratégia propôs políticas educacionais específicas, em parceria com outros setores da Secretaria de Estado de Educação, instituições públicas e ou organizações não-governamentais, para atender a diferentes demandas, como apresenta o quadro 1 a seguir:

**Quadro 1:** Demandas e Políticas Educacionais propostas pela Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação de MS, em parceria com outros setores da Secretaria de Estado de Educação, instituições públicas e/ou organizações não-governamentais.

<b>Políticas Educacionais</b>	<b>Demandas</b>
Educação Escolar Indígena	Para atender os povos indígenas em Mato Grosso do Sul, oficialmente reconhecidos: Guató, Kadwéu, Terena, Guarani/Kaiowá e Ofaié, os não reconhecidos: Atikum, Kinikinawa e Kamba. Com formação específica aos professores indígenas, buscando caminhos, para que possam respeitar e preservar a sua identidade étnico-cultural.
Educação Básica do Campo	Para implementar políticas à população camponesa, que vive no campo e do campo garantindo sua peculiaridade, por meio de formação aos professores em parceria com os municípios de MS.
Vivendo Novas Lições	Trabalha com adolescentes sujeitos às medidas sócio-educativas, internos das Unidades Prisionais de MS, oferecendo atendimento aos diretores e professores de cada Unidade, para reintegração dos sujeitos envolvidos na sociedade.
Programa Brasil Alfabetizado	Movimento de Alfabetização MOVA/MS – Para atender os Jovens e Adultos que não sabem ler e escrever

Educação de Jovens e Adultos	Atende prioritariamente um público, que não teve acesso ao ensino regular, com o objetivo de dar seqüência na vida estudantil.
Educação Especial	Desenvolve um atendimento às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (deficiente visual, mental, auditivo e com dificuldade de aprendizagem), formando professores e implementando política para a educação especial em MS. Esta última transformou-se em Coordenadoria da SED/MS em 2004
Educação para a Igualdade Racial	Elaborar e implementar política de combate ao racismo na educação para a superação das desigualdades sociais da população negra, por meio de capacitação aos professores sobre a questão racial.

**Fonte:** Mato Grosso do Sul (2005a).

Com base no exposto no Quadro 1, pode-se dizer que é papel fundamental da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação propor políticas voltadas à diversidade étnico-racial e cultural da população. Além disso, deve-se destacar a capacitação de professores como uma das estratégias colocadas a serviço de uma ação pedagógica, tendo em vista uma educação igualitária. Tais políticas são explicitadas por Cury (2005, p. 5):

Políticas de educação igualitária respondem por uma escolarização em que os estudantes possuem os mesmos direitos, sem nenhuma discriminação de sexo, raça, etnia, religião e capacidade, todos freqüentando os mesmos claustros, isto é, tendo acesso, permanência e sucesso nas etapas da educação básica.

É possível afirmar que, durante esse período as políticas de atendimento às populações não-incluídas começaram a ter um novo olhar. Isso pode ser evidenciado nos atos do governo estadual. Tanto a preocupação com a diversidade étnico-racial cultural, quanto com a capacitação de professores para o enfrentamento dessa demanda, demonstram, intenção de continuidade ao que foi proposto pela Constituinte Escolar e incorporado no debate para a construção do PEE (MS). Nas palavras do Secretário de Estado de Educação, professor Hélio de Lima, “[...] este Plano é o resultado de ampla discussão iniciada com a Constituinte Escolar”. O Plano estabeleceu, ainda, as diretrizes e metas da Educação para a Rede Estadual de Ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2004).

De fato, sem querer me ater a discutir a coerência, ou a falta dela, no sentido do que foi pensado e desenvolvido durante esse governo, pode-se afirmar que, pelo menos no que diz respeito às intenções de elaborar o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul<sup>9</sup>, foi produzido um documento que atribui importância à questão racial no ensino, demonstrando, assim, a incorporação da temática étnico-racial como preocupação desse Estado, “[...] visando atender à meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, que é a de chegar ao final desta década com uma melhor qualidade de ensino nas instituições públicas e privadas de Mato Grosso do Sul” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 7).

O Plano Nacional de Educação (PNE) se configura como uma medida de política. Sendo assim, o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS) efetivamente incorporou metas e objetivos no sentido de valorizar uma educação que contemple questões conflituosas como a temática racial. No entanto, verifica-se que o PEE/MS não incorporou a questão étnico-racial, na primeira etapa da Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil.

Para o Ensino Fundamental foram definidos objetivos e metas, tais como “incentivar a valorização das culturas regionais por meio da elaboração de programas educativos”; “elaborar, a partir de 2004, um referencial curricular voltado aos valores éticos, culturais, étnicos e ambientais, consoante com as diferentes realidades regionais” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 25).

Quanto ao Ensino Médio, dentre as metas previstas estão: “apoiar e incentivar o desenvolvimento de ações voltadas para a educação ambiental e para a cidadania”; “elaborar, a partir da vigência deste Plano, referenciais curriculares para essa etapa de ensino, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação, envolvendo profissionais do ensino médio, da educação superior e de reconhecido conhecimento na área, visando ao atendimento das necessidades próprias das comunidades”; “promover a articulação entre as áreas de conhecimento do ensino

---

<sup>9</sup> O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul foi aprovado pela Lei nº. 2.791, de 30 de dezembro de 2003. (MATO GROSSO DO SUL, 2004).

médio, para valorização da diversidade étnica, cultural, ambiental e social” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 28-30).

Na Educação Superior prevalece a promoção da igualdade racial como uma forma de ação afirmativa. As metas e os objetivos estabelecidos vão desde o estímulo para o ingresso quanto para a permanência dos negros no ensino superior. Para isso prevê-se a possibilidade de bolsas de estudos a serem ofertadas aos candidatos, principalmente, para aqueles de baixo poder aquisitivo.

O ano de 2010 é o marco de referência para consecução dos objetivos e metas de longo prazo estabelecidos no PEE/MS. Para tanto, o Plano propõe vários mecanismos de inclusão social visando à diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas, tais como: “desenvolver mecanismos de acesso e permanência na educação superior das pessoas sujeitas à marginalidade social, discriminação racial e étnica e as com necessidades educacionais especiais”; “ampliar programas e modalidades de bolsas moradia, alimentação e trabalho em programas de ensino, pesquisa e extensão, nas instituições de educação superior, para garantir acesso e permanência dos alunos de baixa renda, tendo como contrapartida dos beneficiados a prestação de serviços para a própria instituição ou para atendimento de demandas sociais”; bem como “oferecer, a partir de 2004, cursos pré-vestibulares aos alunos oriundos das minorias sujeitas à discriminação, das classes de baixa renda e dos egressos da escola pública, objetivando ampliar e possibilitar o acesso e permanência dos mesmos nas instituições de educação superior” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 35 -36).

O Plano prevê, também, que “[...] a partir de 2005 serão propostos mecanismos de distribuição de recursos destinados à pesquisa, de forma justa e igualitária, entre as diferentes áreas do conhecimento, ampliando a possibilidade de promover a valorização cultural, ambiental, étnica, tecnológica e agrária de Mato Grosso do Sul” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 36).

O Plano trata, ainda, em sua dimensão nº 6, da Formação dos Professores e da Valorização do Magistério. Cabe ressaltar uma das mais importantes metas do PEE/MS em torno da qual gravitam todas as outras: a que

chama atenção para a “promoção de ações em conjunto com as instituições de educação superior, especialmente as públicas, para o desenvolvimento de pesquisa e ações de extensão que atendam às necessidades de cada região”. Destaca-se, ainda, a “garantia de estruturas física e pedagógica que possibilitem condições adequadas de trabalho aos profissionais, favorecendo o acesso, a permanência e a progressão da escolaridade, inclusive para os alunos do campo, os com necessidades educacionais especiais e os pertencentes às minorias mais sujeitas à discriminação” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 54).

O Plano prevê garantir condições físicas e pedagógicas adequadas ao trabalho com os professores, tendo em vista a inclusão das diferentes minorias, para as quais esse documento demonstra interesse. Entre as suas recomendações estabelece a “formação dos trabalhadores da educação para conhecimento e valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Estado e do País, como conteúdo a ser contemplado nas matrizes curriculares da educação básica” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 54). Portanto, o Plano admite que um professor capacitado em questões raciais teria a possibilidade de acumular condições para intervir em relação às desigualdades sociais e raciais. Em síntese, o Plano Estadual de Educação, tal como foi concluído, configura-se como um marco importante para as políticas de educação inclusiva, especialmente pelas preocupações com a formação continuada dos professores.

Na seção a seguir destacarei, no contexto das políticas de governo voltadas à questão racial no âmbito da educação, a atuação do setor de “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

## **2.2 Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial**

É importante descrever brevemente a origem da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação/Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, uma iniciativa que decorreu do processo da Constituinte Escolar,

direcionada exclusivamente para o trabalho com os professores da Rede Estadual de Ensino, no que concerne à questão racial.

O setor da “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial” foi denominado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, em 2000, como uma ação de “Combate ao Racismo”. No início de suas atividades contou apenas com um único profissional, número, sem dúvida alguma, insuficiente para desenvolver trabalho com os docentes do Estado. Em 2005, esse número aumentou, contando a equipe com cinco professoras com formação superior completa, sendo duas graduadas em Pedagogia, uma em Letras, uma em Geografia, uma em Matemática.

Os principais objetivos da “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial” eram:

- (a) elaborar ações educacionais capazes de superar as desigualdades raciais no Estado de MS;
- (b) contribuir para o conhecimento e a valorização da diversidade étnico-cultural da população brasileira nas escolas;
- (c) elaborar e implementar uma política de combate ao racismo na educação, para a superação das desigualdades sociais e raciais em toda a Rede Estadual de Ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2001)<sup>10</sup>.

No mesmo documento consta que as atribuições da “Gestão” consistiam em:

- (a) capacitar e subsidiar os professores da Rede Estadual de Ensino para o desenvolvimento e aplicação da política de combate ao racismo e superação das desigualdades raciais;
- (b) acompanhar sistematicamente as escolas estaduais e comunidades remanescentes de quilombos, fornecendo subsídios teóricos aos professores;
- (c) assessorar a elaboração da proposta político – pedagógica, nas comunidades denominadas negras;
- (d) incluir a temática de superação das desigualdades raciais em todas as políticas desenvolvidas pela Secretaria;

---

<sup>10</sup> As informações do setor da “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”, em relação as suas atribuições, ações realizadas, objetivos e conteúdos dos módulos do Curso de Capacitação de Capacitação de AWA DE! encontram-se em documentos dispersos, por vezes sem datação, o que dificulta o trabalho do pesquisador. O esforço de captura dessas fontes se ampara em Rodríguez (2004, p.5), quando assinala que “às vezes os pesquisadores têm que trabalhar com uma massa documental escassa e ‘conformar-se’ com o que conseguem.

- (e) propor a implementação de ações afirmativas garantindo a superação das desigualdades raciais em programas sociais do Governo Popular, tais como Bolsa Escola, para atender alunos de baixo poder aquisitivo da respectiva rede de ensino e o Mova (Movimento de Alfabetização);
- (f) Instituir o Cursinho Popular Pré-Vestibular para alunos, que concluíram o Ensino Médio oriundos do ensino público, hoje denominado Curso Popular (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Entre as ações realizadas pela Gestão, registram-se, no documento referenciado:

- (a) Realização de reuniões periódicas de estudo, discussão e planejamento das atividades;
- (b) Realização de Seminário Anual – Educação e Racismo - em parceria com o Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais de Educação – ACP;
- (c) Realização de Curso visando ao combate o racismo na escola – Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE! (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Além dessas, destacam-se outras ações como a coordenação e participação no Comitê de Educação para a População Negra de Mato Grosso do Sul (CEPONE), criado pela Resolução/SED, nº. 1.506, de 18 de setembro de 2001. Trata-se de um órgão colegiado, de natureza consultiva, constituído por 12 membros representativos de segmentos diversos, voltado para o estudo, formulação de propostas de trabalho, de políticas e diretrizes afirmativas para a consecução das finalidades da educação para negros (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

A “Gestão” coordenou e operacionalizou o Curso Preparatório para seleção de Programas de Pós – Graduação de Mestrado e Doutorado para afro-descendentes e Indígenas, por meio de um Protocolo de Intenções, em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e a Fundação Ford, por intermédio de seu Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação (IFP – Internacional Fellowships Program), que oferece bolsas de Mestrado e Doutorado para que pessoas com potencial de liderança em diversos campos de atuação capacitem-se para promover o desenvolvimento de seus países, possibilitando maior acesso à educação, justiça econômica e social. O Protocolo foi assinado no dia 28 de janeiro de 2002, com prazo de três anos de vigência, a contar da data da

assinatura celebrada entre as partes interessadas. A Cláusula Primeira do Protocolo explicita:

Do Objeto: Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções o estabelecimento de parceria entre o Estado e a Fundação com a finalidade de preparar cidadãos sul-mato-grossenses afro-descendentes e indígenas para se candidatarem a bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pelo Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (MATO GROSSO DO SUL, 2002a, p. 1).

Esse Curso, destinado especialmente aos afro-descendentes e indígenas, representou uma oportunidade para que estes se candidatassem, com condições para concorrerem, à bolsa de estudos para a continuidade da vida acadêmica na pós-graduação. Atendeu a aproximadamente 55 alunos, desde 2002, nos municípios de Campo Grande e Aquidauana, e completou em 2005 a sua quarta edição. No município de Dourados o Curso aconteceu em 2004 e 2005; em Cassilândia ocorreu no ano de 2005.

Entre as atividades atribuídas ao setor de “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”, a que mais interessa para essa investigação é a da capacitação de professores, tendo em vista a possibilitá-los a desconstruir o racismo ainda presente no interior da escola e dentro da sociedade. Dentre as atividades desenvolvidas pela “Gestão”, no âmbito da capacitação, inclui-se a experiência de formação continuada aos Educadores por meio do Curso AWA DE!, direcionado aos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. A seção seguinte explicitará alguns aspectos desse Curso.

### **2.3 O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!**

O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul para os professores da Rede Estadual de Ensino, iniciou sua atividade em 1999. Nesse ano, contava apenas com um único profissional para desenvolver um trabalho com os docentes, relacionado à temática racial. Chegou em 2005 com cinco profissionais.

O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! contou com a adesão de algumas escolas e/ou municípios do Estado, interessados em capacitar os seus educadores no que diz respeito à questão racial. Os municípios nos quais a Secretaria de Educação ofereceu a capacitação, com uma ou mais edições do Curso AWA DE! foram: Mundo Novo (com quatro escolas estaduais e prefeitura do Partido dos Trabalhadores, o mesmo partido do Governo do Estado), São Gabriel D'Oeste (com quatro escolas estaduais), Costa Rica (com três escolas estaduais). Em Aquidauana (com 17 escolas estaduais) e Camapuã (com quatro escolas estaduais), o Curso foi desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, contando com a participação de professores não somente da Rede Estadual de Ensino, mas também da Rede Municipal, assim como de educadores de escolas particulares. Em Campo Grande (com 86 escolas estaduais) somente duas escolas estaduais solicitaram o Curso de Capacitação. Em síntese, o Curso ocorreu em seis municípios, o que foi um quantitativo pequeno para um Estado com 78 municípios.

O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! teve por objetivos:

- (a) formar professores sobre a questão racial;
- (b) combater a discriminação racial, racismo em sala de aula;
- (c) instrumentalizar os professores e educadores para lidar com diversidade no cotidiano escolar;
- (d) superar as desigualdades raciais existentes na sociedade, para entender como se dá o processo de discriminação social e racial no Brasil e seus reflexos na sociedade e na escola (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Tais objetivos evidenciam a intenção de capacitar os educadores da Rede Estadual de Ensino para terem um olhar atento às questões raciais e desenvolverem, em seus trabalhos didáticos, uma pedagogia que contemple o combate ao racismo e a qualquer tipo de prática discriminatória ao ser humano no ambiente escolar.

O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! estendeu-se aos professores de todas as disciplinas, aos coordenadores pedagógicos, aos diretores

administrativos e pedagógicos e aos funcionários administrativos das escolas da Rede Estadual de Ensino de MS, tendo-se a compreensão de que no ambiente escolar todos são educadores e cada um traz uma trajetória particular.

O Curso teve a carga horária de 60 horas e abordou o seguinte conteúdo programático: Idéias gerais sobre racismo no Brasil; Preconceito; Preconceito racial; Discriminação, discriminação racial; Minorias sociais; História do negro do período colonial; e Políticas públicas educacionais de ação afirmativa. O regime adotado foi o modular.

O Quadro 2, a seguir, apresenta a distribuição dos conteúdos por módulo.

**Quadro 2:** Distribuição de conteúdos do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!

<b>Módulo I</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Idéias e conceitos gerais sobre o racismo no Brasil;</li> <li>- A evolução do conceito de raça; História do negro no Brasil e no mundo;</li> <li>- O negro e a história: (Conhecer para combater);</li> <li>- A luta dos negros no Brasil – Resistência negra (Chegada dos negros no Brasil) quilombos;</li> <li>- Movimento Negro no Brasil e MS;</li> <li>- A verdadeira história da libertação dos escravos.</li> </ul>
<b>Módulo II</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção da identidade étnica;</li> <li>- Mito da democracia racial (o processo de embranquecimento);</li> <li>- Relações inter-étnicas;</li> <li>- Auto-estima.</li> </ul>
<b>Módulo III</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação X Racismo (Como acontece na escola);</li> <li>- Como se dá a reprodução do racismo na Educação;</li> <li>- A escola como agente reprodutor do racismo,</li> <li>- A imagem do negro nos meios de comunicação, nos livros didáticos e na literatura.</li> <li>- Estratégias pedagógicas de Combate ao Racismo (buscando a igualdade racial);</li> <li>- Datas e personagens significativos para a população negra;</li> <li>- O negro na formação da sociedade nacional (resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a história do Brasil- personalidades negras no Brasil e no mundo);</li> <li>- Elaboração de projetos didáticos relacionados à questão racial;</li> <li>- Políticas Públicas de combate às desigualdades raciais (Construindo estratégias para combater às desigualdades raciais);</li> <li>- Políticas afirmativas, compensatórias e sistema de cotas.</li> </ul>

**Fonte:** MATO GROSSO DO SUL – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (s/d).

Esses conteúdos, distribuídos em módulos, requerem fundamentação teórica para que o professor possa desenvolvê-los. Ao analisar a documentação existente na SED/MS encontrei textos produzidos pelos ministrantes do Curso, com o objetivo de dar aos professores o aporte teórico necessário à sua prática

pedagógica, no tocante à questão racial na escola. Há registros, nos documentos analisados, de que o Curso foi desenvolvido utilizando metodologias como: palestras seguidas de debates, trabalho em grupo e análise de livros didáticos. Como recursos didáticos foram utilizados filmes que abordavam a questão racial, além de uma bibliografia específica sobre o tema. Para cada módulo trabalhado foi distribuído material escrito, produzido e/ou organizado pela própria equipe. Foram também realizadas atividades práticas.

O Curso foi coordenado e ministrado pela “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”. Na Escola **A** ocorreu no entretanto de 2000-2002 e na Escola **B** no período de 2003-2005. Para a conclusão do Curso como forma de avaliação, os participantes deveriam elaborar projetos com a temática racial para serem desenvolvidos na escola, e encaminhá-los ao setor da “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial” da SED/MS, responsável pela operacionalização do Curso. Até o final desta pesquisa não se tem conhecimento da continuidade do Curso de Capacitação AWA DE!

No capítulo seguinte, a partir de informações obtidas de diretores, coordenadores pedagógicos e docentes, problematizarei parte da experiência de capacitação de docentes sobre a questão racial, oferecida a duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Campo Grande.

### **CAPÍTULO III - A MATERIALIZAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES AWA DE! EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS**

Neste capítulo, o foco de análise é a materialidade do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! que visava a preparar professores para lidar com a temática da diversidade étnico-racial.

Ao invés de buscar uma análise própria e única do tema, procurei compartilhá-la com a voz de seus principais protagonistas. Como o Curso aconteceu em seis municípios de Mato Grosso do Sul, enfoquei uma só cidade, Campo Grande (capital do Estado), mais precisamente duas escolas da Rede Estadual nas quais o Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! foi efetivado.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas duas estratégias metodológicas complementares. A primeira consistiu em reunir um conjunto de textos de documentos oficiais acerca da política de educação continuada realizada no período de 1990 a 2005; a segunda estratégia consistiu em realizar entrevistas do tipo semi-estruturada, com o diretor (a), o coordenador (a) e um professor de cada escola. O total de entrevistados nas Escolas **A** e **B** foi de seis pessoas. Cabe salientar que, na Escola **A**, a iniciativa de solicitação para a realização do Curso partiu da comunidade negra; na Escola **B**, a proposta foi da Secretaria.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de conhecer os resultados do Curso de Capacitação, em termos de uma educação pedagógica voltada à diversidade étnico-racial. Em outras palavras, verificou como a temática

desenvolvida no Curso se expressou na prática pedagógica, no cotidiano escolar, nos projetos postos em ação pelas escolas. Em última análise, quis encontrar elementos que evidenciassem as ações como política educacional, pois, segundo Azevedo (2004, p. 59),

[...] não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projetos ou modelo educativo que se tenta por em ação. O cotidiano escolar, portanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política – a uma *policy* – entendida aqui como um programa de ação.

A entrevista teve início com a seguinte questão: A Escola desenvolve ou desenvolveu algum projeto<sup>11</sup> referente à temática “diversidade étnico-racial”?

A Diretora da Escola **A** respondeu: “A Escola já desenvolveu projeto relacionado a esse tema e também está procurando desenvolver e participa, assim, de projeto. Algum evento da Secretaria em relação ao tema, a Escola também tem participado”.

A fala da Diretora **A** evidenciou que a Escola já trabalhou com projetos relacionados à questão racial e que, além disso, demonstrou interesse em dar continuidade a esse trabalho no ambiente escolar.

Nessa mesma direção, a Coordenadora Pedagógica da Escola **A**, afirmou:

Sim, essa escola aqui faz um trabalho desenvolvendo essa temática. Que eu tenho conhecimento, a partir de 2001 houve um trabalho, nessa escola, de capacitação de professores. Essa capacitação atingiu a todos os professores que, na época, trabalhavam na escola. E a partir de 2002 tornou a ser concretizado esse trabalho aqui dentro dessa escola. Todos os anos, dentro da nossa Proposta Pedagógica, dentro do nosso Plano de Curso, a gente procura desenvolver, principalmente naquelas disciplinas que a Lei 10.639 de 2003 obrigou que as escolas públicas fizessem um trabalho sobre a História e cultura

---

<sup>11</sup> Sempre que citar a nomenclatura “projeto” esta se refere ao trabalho voltado à questão racial na Escola **A** e Escola **B**.

afro-brasileira. E essa escola aqui possui também um Centro de Cultura, que no momento está desativado, mas que sempre fez um trabalho nesse sentido. E nós fizemos, assim, vários projetos, vários temas relacionados à diversidade racial e desenvolvendo esse trabalho da História e Cultura afro-brasileira.

Na sua resposta, a Coordenadora A referiu-se ao Curso de Capacitação oferecido pela Secretaria de Educação. Além disso, ela se reportou à Lei 10.639 que instituiu a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino o estudo voltado à História e Cultura afro-brasileira.

Nessa direção, o Professor A relatou:

Bem, aqui na Escola, a gente fez bastante trabalho com relação a este tipo de projeto até porque eu estava na coordenação de alguns projetos que trabalhavam nesta questão racial. Era uma proposta de uma Lei também aprovada no Senado, a Lei 10.639, e também um projeto da escola e o projeto que a gente desenvolvia com a SED.

Os relatos dos entrevistados evidenciaram a realização de um trabalho relacionado à diversidade étnico-racial na Escola A. O Diretor A e o Professor A mencionaram a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul - SED/MS - ao fazerem referência ao desenvolvimento de projeto relacionado à questão racial em sua escola de atuação. Já Coordenadora A mencionou a realização do projeto na Escola, e somente ela se referiu ao Curso de Capacitação oferecido aos professores.

Dirigindo a primeira questão aos entrevistados da Escola B, observa-se que o Diretor B explicitou o desenvolvimento do projeto voltado à questão racial na Escola, além do seu compromisso em dar continuidade ao trabalho iniciado, por intermédio de seus professores, em conformidade com a Lei de nº 10.639, que dispõe sobre a inclusão do ensino da História e Cultura da África.

Nós já desenvolvemos essa idéia de trabalhar a questão étnico-racial. É nossa linha; os professores têm trabalhado isso sempre e baseado na Lei, Lei Federal que regulamenta esse conteúdo

dentro das escolas. A gente pretende dar continuidade aos projetos que foram realizados aqui dentro. (DIRETOR **B**).

O Coordenador **B** relatou, sobre a questão:

Desde o ano retrasado tivemos uma parceria com o pessoal da Secretaria de Estado de Educação. A Secretaria nos forneceu algumas palestras e também alguns professores nossos, durante este período, principalmente atendendo o dispositivo na Lei, têm desenvolvido este trabalho no decorrer de todo o ano. Inclusive foi feito no ano passado um projeto desenvolvido pelo Professor “M” e alguns professores; este projeto foi desenvolvido na sala de tecnologia.

A esse respeito, o Professor **B** afirmou: “Sim, nós desenvolvemos em vários anos consecutivos vários projetos relacionados à temática racial, tanto em sala de aula com as disciplinas, como também na sala de informática em forma de projeto.”

Em relação à segunda pergunta, cujo objetivo foi o de conhecer o que os entrevistados sabiam a respeito de quem apresentou o projeto na escola, a Diretora da Escola **A** respondeu, de forma sucinta: “A Secretaria de Educação, por meio da Igualdade Racial”.<sup>12</sup>

A esse respeito, a Coordenadora **A** relatou:

Quando eu entrei na Escola, no ano de 2001, o trabalho tinha sido iniciado sob a coordenação das técnicas da Secretaria de Educação. Lá, na época, havia uma equipe que coordenava todo esse trabalho referente à questão racial, etnia; e eles fizeram uma capacitação de, se não me engano, mais ou menos de 100 horas<sup>13</sup>, da qual todos os professores aqui da Escola participaram e todos os professores puderam, então, conhecer e ter, assim, a diretriz de como deveria ser feito o trabalho dentro da Escola.

A Coordenadora **A** afirmou que o Curso de Capacitação foi oferecido pela Secretaria de Educação a todos os professores. Assim, foi possível

---

<sup>12</sup> Igualdade Racial, na fala citada, refere-se ao setor denominado Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, responsável pelas capacitações na SED/MS.

<sup>13</sup> A Carga Horária de 100 horas mencionada foi, de fato, de 60 horas.

dotá-los de uma orientação a respeito de como poderiam desenvolver o trabalho sobre a diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

A esse respeito, o Professor **A** afirmou:

Olha, a gente tinha um grupo lá dentro da SED que era um grupo da gestão da racial<sup>14</sup> que sugeria alguns trabalhos com relação a este projeto. E a escola, a gente sentou junto, um grupo de professores com a direção, e tentamos juntos elaborar um projeto que viesse de (sic) encontro com a realidade de nossas comunidades escolares, aqui presentes.

Como se pode observar, o Professor **A** assinalou que a Secretaria de Estado de Educação, por meio da “Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial”, propôs o projeto sobre a temática racial para a Escola desenvolver; uma equipe de professores elaborou o projeto da Escola, visando a atender às necessidades da comunidade.

Na Escola **A** os entrevistados foram unânimes em suas respostas ao mencionarem a SED/MS como introdutora do trabalho sobre a questão racial na escola. A esse respeito o Diretor da Escola **B** acentuou:

Quem apresentou pra nós, quem nos incentivou os trabalhos pra que se aprofundasse o projeto e tomasse corpo de projeto mesmo, foi o trabalho da Secretaria de Estado de Educação. Nos últimos anos, e aí com o apoio da equipe da Secretaria de Educação, nós fomos também desenvolvendo e ampliando o nosso trabalho dentro da Escola.

A fala do Diretor **B** evidencia que foi a SED/MS, por meio de uma equipe responsável, que levou a proposta de um trabalho voltado à questão étnico-racial para as escolas. O Diretor afirmou ter trabalhado dentro do ambiente escolar e declarou sobre a importância desse trabalho e a sua continuidade na Escola.

O Coordenador **B** relatou, a respeito, que “este projeto foi desenvolvido durante o ano e houve a culminância justamente no final do ano”. O

---

<sup>14</sup> Gestão Racial é, nesse caso, Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial.

Professor **B**, nessa mesma direção, assinalou: “foram vários professores que sentaram e se reuniram para montar o projeto e eu fui um dos professores que tentei encabeçar. Até uma das primeiras apresentações foi na feira cultural. Eu desenvolvi um projeto de pesquisa dentro da escola mesmo”.

Dos entrevistados da Escola **B**, somente o Diretor afirmou que a SED/MS levou para a Escola a proposta do projeto voltado à temática racial. Já a resposta do Coordenador **B** não se relacionou, diretamente, à pergunta. Mas, a maioria dos relatos dos entrevistados das Escolas **A** e **B** apontou para o fato de que a iniciativa de trabalhar a temática étnico-racial dentro da Escola partiu da SED/MS.

Um outro aspecto a considerar nesta pesquisa diz respeito às ações relacionadas à questão étnico-racial, já em desenvolvimento nas Escolas **A** e **B**.

A Diretora, a Coordenadora e o Professor da Escola **A** afirmaram a esse respeito:

A escola já desenvolve, assim, nas reuniões, nos encontros mensais e bimestrais com os professores. A gente vai colocando sobre essa questão, sobre alguns fatos que acontecem na escola, na sala de aula com os alunos, que precisam ser debatidos, que precisam ser estudados, às vezes, alguma reação dos alunos na escola. A gente tem que estar estudando isso. (DIRETORA **A**).

Olha, que eu tenho conhecimento, eu tenho conhecimento a partir de 2001, anteriormente a essa data eu não posso te falar. Agora, o que eu sei é porque essa escola foi inaugurada no ano de 2000. Aí, em 2000, eu não posso te falar que tipo de ações tinha, mas, a partir de 2001, eu percebo que essa escola tem persistido, ela tem feito um trabalho todos os anos. A escola, ela prioriza esse trabalho, assim, como prioriza todo o trabalho do currículo da escola. Isso aí já faz parte do currículo dessa escola. Em nenhum ano eu nunca vi, assim, deixar de lado esse trabalho; sempre é dada a importância que esse trabalho tem dentro da escola. (COORDENADORA **A**).

Sim, algumas ações, como as comemorações de datas comemorativas, no caso, e no mês de novembro. Já tinha os outros projetos que a gente trabalhava na escola, danças africanas e algum outro projeto que foi desenvolvido lá; até comidas típicas

que teve também na escola. Então a gente já vivia trabalhando aos poucos; aos poucos a própria comunidade escolar já tinha consciência desse trabalho, dessa atitude de fazer este trabalho, até porque o fato de a escola estar dentro de uma comunidade negra tinha uma das maiores necessidades de trabalhar isto, até para dar exemplo. (PROFESSOR A).

Os entrevistados da Escola **A**, afirmaram que a Escola já vinha desenvolvendo ações para a promoção da diversidade étnico-racial e cultural. O professor **A**, em seu relato, demonstrou um pouco do que algumas escolas fazem no que se refere à temática racial, por exemplo, comemorar o dia 20 de novembro, o aniversário de morte de Zumbi dos Palmares.

Isso evidencia que as escolas desenvolvem atividades, principalmente, nas datas comemorativas, reduzindo as ações voltadas à questão étnico-racial, a ações pontuais, por exemplo, ao que determina a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, ou seja, incluir essa data no calendário escolar. Em seu Artigo 79-B consta que essa data é concebida como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (BRASIL, 2003).

Nesse sentido, os entrevistados da Escola **B** relataram:

Antes desse trabalho aí eu não tenho, assim, muitos dados pra poder relacionar, até porque eu estava em sala de aula, então eu não acompanhei tão de perto a questão de projetos dentro da escola; atuava mais dentro de minha área, então, não tinha, assim, um trabalho ao meu ponto de vista e ênfase a esse assunto; eles tinham trabalhos isolados, pequenas atividades, mas não tratavam com profundidade, com mais sinceridade, como foi esse projeto. (DIRETOR B).

Nos anos anteriores havia palestras que foram fornecidas pelo pessoal da Secretaria de Educação; e, então, essas palestras foram de suma importância para que os professores tivessem atentos a este contexto. (COORDENADOR B).

Trazendo os projetos, trazendo palestras, trazendo uma pessoa ou outra, fazendo palestra, fazendo algum evento relacionado e esse evento não é só no mês da consciência negra e sim durante todo o ano, vem sendo feito esse trabalho. Tem trabalho de pesquisa,

desenvolvimento aí na feira cultural, também com relação a esses estudos. (PROFESSOR **B**).

Evidenciou-se, pelas respostas dos entrevistados, que na Escola **B** havia trabalhos isolados, além de palestras promovidas pela Secretaria de Educação. Enfatizou-se a importância de realizar eventos não só no mês de novembro (quando se destaca a Consciência Negra), mas também em todo o ano letivo, com a possibilidade de haver uma culminância - uma feira da Cultura, promovida pela própria Escola.

Outro ponto a registrar nesta pesquisa foi o relato dos entrevistados sobre a forma como perceberam ou avaliaram o projeto referente à temática “diversidade étnico-racial”. A este respeito, a Coordenadora **A** relatou:

No início eu achei que o projeto seria difícil, de ser desenvolvido, porque, era uma coisa nova. Por exemplo, a escola pública, ela tem um rodízio muito grande de professores; então, muitas vezes, o que também dificulta esse trabalho é que você inicia todo um trabalho num ano, com determinados professores, e esses professores vão pra outro lugar; chegam professores novos continuamente; então, esse trabalho tem sempre que estar sendo refeito. Acho que uma das dificuldades que eu senti foi essa, de ver essa mobilidade constante de professores aqui dentro. Ele faz esse trabalho, ele sabe da necessidade, sabe da importância do trabalho; mas, quando chegam professores novos, você tem que estar sempre começando o mesmo trabalho.

Não é fácil lidar com conhecimento novo, com conteúdo inovador, como, por exemplo, a questão racial, no fazer pedagógico de cada escola. Como relatou a Coordenadora **A**, há dificuldade para desenvolver o projeto devido à rotatividade anual de professores nas escolas. Essa constatação é um indicativo de ausência, no Estado de Mato Grosso do Sul, de uma política de formação continuada para os professores da Rede Estadual de Ensino, que contemple a capacitação permanente de todos os docentes, visando ao desenvolvimento de um trabalho voltado à temática étnico-racial. Sabe-se que,

[...] no estado de Mato Grosso do Sul, segundo a coordenadoria de formação Continuada da Secretaria de Estado de Educação, não há registros de implementação dessa política pública de formação continuada de professores e tampouco existe uma perspectiva de quando ela será implantada (ALAMINI, 2006, p.42).

O Coordenador **B**, a esse respeito, assinalou:

Nós sabemos que há necessidade de um trabalho mais profundo dentro desse tema. Uma vez que é essa a nossa história. Nós temos aí diversos conhecimentos de que a nossa história ficou perdida no tempo. Justamente para resgatar a história, a importância do negro na cultura brasileira, então, foi de extrema importância o trabalho sobre esse tema. Então, é claro que nós, como educadores, nós temos mais é que atender essa necessidade mesmo. E é justamente ampliar esse leque de conhecimento, para que as pessoas tenham maior conhecimento sobre a importância do negro na cultura afro brasileira.

O relato do Coordenador **B** destacou que o projeto voltado à questão racial na escola precisa ter profundidade, que há necessidade de realizar um trabalho mais consistente e amplo no que se refere à História da população negra e à cultura afro-brasileira. Petronilha Silva (2001, p. 161) corrobora essa afirmação. Para a autora “a história do Brasil, enquanto construção de uma nação, inclui todos os povos que constituem a nação. Assim, ignorar a história dos povos indígenas, do povo negro, é estudar de forma incompleta a história brasileira”.

Também os Diretores e Professores mencionaram sobre a forma como perceberam ou avaliaram o projeto referente à inclusão da temática da diversidade étnico-racial em suas escolas. A Diretora **A** assinalou:

Eu percebi assim, como um projeto importante para a Escola. Deveria estar sempre dando continuidade a esse trabalho, pra gente desenvolver, integrar melhor a nossa comunidade escolar, ter mais conhecimento a respeito do assunto, mais esclarecimento.

A Diretora **A** manifestou a opinião de que a escola deve desenvolver a temática racial buscando a integração da comunidade escolar. Destacou, ainda, a

importância da continuidade desse trabalho para a aquisição de conhecimento que possibilite aos professores uma fundamentação apropriada para o fazer pedagógico no que diz respeito à questão étnico-racial.

O Diretor **B** relatou, nessa mesma direção:

Eu percebi que o problema é bem maior do que a gente imagina. Quando você pára para pensar na questão racial, que existe o preconceito. Parece que não, mas ele está priorizando em nosso meio. Justamente com os estudantes que ele apresenta de uma forma muito mais disfarçada, em todos os níveis; mas no estudante é muito mais. Então, com isso, a gente percebeu essa necessidade, uma vez que a problemática tornou-se uma realidade.

Nessa fala, o Diretor constatou a urgência de trabalhar a questão racial, em especial, com os alunos. Apontou, ainda, que o preconceito entre os estudantes é uma questão bem mais complexa do que pensava.

Em consonância com o Diretor **B**, o Professor **A** explicitou:

Todos os projetos que a gente desenvolveu na Escola com relação a este assunto, ele foi necessário. Foi assim: uma proposta é discutida entre professores, coordenação e a comunidade. Então, a avaliação dele foi positiva com relação a este assunto. Porque achava que era, achava não, acho que são propostas diferentes, que vêm para ajudar e pra somar no processo educacional de nossos alunos, no processo educacional da Escola e, de um modo especial, da proposta pedagógica da Escola desenvolver este projeto.

O projeto referente à temática diversidade étnico-racial na Escola **A**, de acordo com o relato do Professor **A**, foi elaborado e desenvolvido por meio de um processo participativo, envolvendo os segmentos de professores, coordenação e a comunidade. A concretização dessa ação foi satisfatória, pois houve a discussão da temática étnico-racial no sentido de inseri-la na proposta pedagógica que norteava ações nessa direção.

A estrutura escolar é aqui compreendida como a maneira que a escola organiza os processos pedagógicos que nela ocorrem, considerando os seus espaços e tempos, sua arquitetura, o conjunto de normas e regras, os seus rituais, o currículo, o projeto político pedagógico, os conflitos, os conformismos, os “silêncios”, as resistências, as contradições e as experiências sociais dos sujeitos que se relacionam em seu cotidiano. (PASSOS, 2002, p. 25).

O Professor **B** afirmou, a esse respeito:

Quando começou esse projeto, ele vem com vários pontos positivos porque alguns alunos não se aceitavam como negros, não se identificavam. Hoje, uma grande maioria se identifica, se aceitam como negro, se valorizam, professores também que, às vezes, não aceitavam essa consciência de negro, de ser índio, falavam que não eram negros, falavam que não eram índios, hoje eles se aceitam, reconhecem e até carregam com orgulho de falar que é negro, de falar que é índio, porque o nosso projeto não envolve só a cultura negra, mas, também, a cultura indígena, há valorização também.

A fala do Professor **B** evidenciou que o projeto voltado à questão racial possibilitou a reflexão sobre o significado da diferença cultural. Santomé (1995, p.167) afirma que,

sem dúvida, a reflexão sobre o verdadeiro significado das diferentes culturas das raças ou etnias é uma das importantes lacunas que ainda existem. É precisamente em momentos como os atuais, em que surgem problemas devido a que raças e etnias diferentes tratam de compartilhar ou utilizar um mesmo território, que esse vazio mais se deixa sentir. E é também a instituição escolar o lugar no qual a carência de experiências e reflexões sobre uma educação anti-racista e programas plurilingüísticos se deixa notar de forma visível.

As falas dos entrevistados sobre como perceberam ou avaliaram o Projeto referente à temática diversidade étnico-racial mostraram que as escolas foram receptivas a esse trabalho. A Escola **B** foi além da questão do negro na temática étnico-racial, enfatizando a questão do índio, reconhecendo a importância desses povos em um Estado onde “[...] está concentrada a segunda maior população indígena do país.” (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 41).

Na Escola **A**, o Curso aconteceu porque desde a sua construção já havia a proposta de capacitar os professores sobre o trabalho envolvendo a diversidade étnico-racial. Também, como assinalou a Diretora da Escola **A**, havia interesse em fazer com que a Escola se tornasse referência para Mato Grosso do Sul no desenvolvimento de trabalhos sobre a história e cultura do negro, tendo a contribuição do Movimento Negro do Estado e também da comunidade local<sup>15</sup>.

Ao ser indagada se tinha outras informações referentes ao Projeto, a Coordenadora da Escola **A** relatou: “É, esse Projeto, o que eu tenho conhecimento é que ele também é um Projeto que foi reivindicado pela própria comunidade, entendeu?”. Nesse sentido, a mesma continuou afirmando:

Essa própria comunidade onde a Escola está inserida, ela reivindicou que se fizesse um trabalho específico nessa área de resgatar mesmo essa história. Porque essa comunidade, ela é um ponto importante da cidade de Campo Grande; tem toda essa história da família da Tia Eva, dos descendentes que vieram pra cá há muitos anos, que fundaram essa comunidade; e toda essa história aí é pra ser resgatada mesmo.

Toda a iniciativa da comunidade local de trabalhar a questão racial na escola, mesmo sendo uma proposta tímida, implica retomar a história de uma população que busca valorizar sua tradição cultural, para assumir sua identidade, respeitando as diferenças. A escola é um espaço de possibilidade de reflexões que promovam o respeito ao ser humano.

O Curso de Capacitação AWA DE! abordou, dentre outros conteúdos, os conceitos de racismo, discriminação e preconceito. Assim, foi perguntado aos entrevistados sobre as suas concepções em relação a cada um desses conceitos. Vale destacar as respostas dadas, na íntegra.

A Diretora da Escola **A** assim definiu o racismo: “Racismo é a pessoa, é discriminar, olhar, assim, olhar diferente, acho assim, porque é negro é

---

<sup>15</sup> Informação fornecida pela Diretora da Escola Estadual denominada de Escola **A**, em uma visita à escola, em novembro de 2007.

menos do que o outro...”. Em outras palavras, a Diretora A acentuou que racismo é colocar o negro em condição inferior às pessoas não negras.

Para a Coordenadora A racismo é:

você ter idéia pré-concebida em relação a determinada raça e você não respeitar a característica, história de cada povo, de cada raça, de cada pessoa. Então, é você discriminar se achando superior a determinadas raças; pode ser tanto em raça como em grupos, é quando você tem forma pré-conceito e você acha que essas pessoas podem ser inferiores são menos capazes que outras pessoas, então você está demonstrando o racismo.

Nessa resposta, a entrevistada enfatizou que o racismo tem a ver com o sujeito que classifica o outro como pessoa menos capaz, isto é, o sujeito que pensa ser superior ao outro.

O Professor A afirmou:

Primeiro, a minha concepção é de que o racismo existe; segundo, que a gente tem que trabalhar para isso acabar. Primeiro, que existe; segundo, que a gente tem que trabalhar pra que a questão do racismo no mundo, de modo especial, no Brasil, acabe. Acho que essas ações para combater começa na família, depois pra escola, e depois para outros meios que a gente tem; até diria assim, até a questão da mídia, a questão do rádio, TV. A gente perceber isso, trabalhar estas questões, mesmo que fique só na família é difícil; e a gente aceitar essa diferença, que existe diferença cultural, principalmente com relação ao povo negro, ao povo mais sofrido.

Na visão do Professor A, o racismo existe no mundo e em especial no Brasil. O professor ainda aponta formas de combate ao racismo a partir de ações na família, além de ações advindas dos meios de comunicação. O trabalho de combate ao racismo na escola é fundamental, porque possibilita, tanto ao professor como ao aluno, refletir sobre essa questão.

Gomes (2003, p. 143) destaca a importância da compreensão desse conceito:

O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os (as) educadores (as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores.

No entendimento do Diretor **B**,

racismo é toda atitude que vem discriminar, que tira a dignidade da pessoa, que não valoriza a pessoa como ela é, tornando ela como ser humano. Toda atitude, não importa se questão de cor, toda, desde que seja da pessoa, admiração, contra aparência física, a questão se é alto, se é baixo, magro, se é mulher, se é negro, pra mim, todo ato humano que discrimina que torna a pessoa, diminui uma pessoa, é um preconceito, é a questão racial.

A fala do Diretor **B** expressou que o racismo é uma forma de desumanizar o ser humano, por meio de atitudes negativas de um em relação ao outro. Já para o Coordenador **B**,

racismo é uma falta de cultura, porque a partir do momento em que ele ocorre, obviamente, uma pessoa denigre a imagem da outra através do racismo, seja ele racial, cor da pele ou qualquer outro tipo de discriminação racial; isso traz consequência negativa; então, isso é falta de conhecimento, falta de importância e de amor ao próprio ser humano.

É bem verdade que o racismo manifestado no Brasil trouxe e traz consequências negativas. Prova disso é que a população negra continua ocupando poucos espaços de prestígio dentro da sociedade. De acordo com Rufino (2003, p. 29),

os trabalhos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) têm sido utilizados para mostrar o impacto do racismo na qualidade de vida da população negra e têm tido um papel importante no desmascaramento do mito da “Democracia Racial” brasileira.

Ainda segundo o autor:

A nossa meta, enquanto organização negra, é desmontar as resistências, pois as ações afirmativas trazem novos desafios: chamar os discriminadores à responsabilidade e formatar o sistema para a igualdade de oportunidades. Nós, organizações negras, na nossa trajetória por mudanças, não queremos ficar só na denúncia. Queremos estar em todos os lugares para mudar não apenas a nossa condição histórica, mas a de todo o povo brasileiro. (RUFINO, 2003, p. 37).

Finalmente, sobre a sua concepção de racismo, o Professor **B** explicou:

Racismo hoje é uma coisa bem negativa dentro da nossa sociedade; então, quando a pessoa tem aquela questão de estar praticando a própria discriminação, isso pode estar desmotivando a pessoa, o aluno; no caso do professor, se ele é racista, e demonstra isso, ele pode estar desmotivando o aluno. Então, se o professor tem esse conhecimento com relação a cultura, ele pode estar tirando essa cultura que às vezes tem dentro do brasileiro, que fala que não é racista, mas na verdade, está embutido que ele é, mas não aceita. Então, racismo seria uma coisa bem negativa, provavelmente dentro da escola, dentro da sociedade também.

Na sua fala, o Professor **B** destacou o conhecido e velho mito da “democracia racial”<sup>16</sup>, difundido na sociedade e no ambiente escolar, lugar este que reflete o que acontece na sociedade.

As concepções aqui apresentadas sobre racismo enfatizam que se trata de uma forma de discriminação que atinge as minorias sociais.

No que se refere à concepção de discriminação, os entrevistados disseram:

Tratar o outro mal e colocar o outro como se fosse menos, como se tivesse menor valor, por causa da sua cor, ou por causa de sua opção religiosa, ou porque é gordo, ou muito magro. Então, assim, é discriminar, é tratar mal, rejeitar a pessoa. (DIRETORA **A**).

---

<sup>16</sup> O mito da democracia racial difundido no Brasil por intelectuais da elite e pelo próprio Estado que afirmava ser este um país racialmente integrado e pacificado, foi disseminando para o resto do mundo uma imagem equivocada das relações raciais, ocultando-se nessa idéia as desigualdades marcadas pelo preconceito e discriminação. (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p. 2).

É você estar demonstrando de alguma forma esse seu preconceito, de você estabelecer idéias, de você ter idéias às vezes errôneas pré-estabelecidas, e no momento de você confrontar as suas idéias ou, que você entrar em contato com determinada pessoa, você já tem suas idéias pré-estabelecidas e você discrimina aquela pessoa. (COORDENADORA **A**).

Pra mim discriminação é algo, mais terrível que acontece dentro da sociedade. Imagina você se chegar num trabalho, pra buscar um trabalho; está lá um anúncio de emprego, você vai buscar um trabalho, alguém olha pra tua cara e diz pra você: você não pode ficar porque você é negro. Então a discriminação, no mesmo instante voltando à pergunta, é um preconceito, que racismo, então a discriminação, a discriminação está é sem você analisar a pessoa, se ela tem competência ou não, você já faz esse tipo de análise: ora você não serve para este trabalho porque você é negro, ou não você não serve para isso porque você é negro. Como os anúncios que a gente tem nos jornais: precisa de pessoas de boa de aparência. (PROFESSOR **A**).

Para os entrevistados da Escola **A**, discriminação é excluir o outro sem conhecê-lo; por exemplo, negar trabalho à população negra por causa da cor da sua pele, o que é o mesmo que dizer que não tem boa aparência e nem competência para desempenhar determinada função no mercado de trabalho.

Os entrevistados da Escola **B** explicitaram o que entendiam por discriminação:

Discriminação seria eu excluir a pessoa, eu deixar a pessoa fora do contexto, eu querer ser melhor, achar que uma cor, por causa da cor da pele, da origem, ela é melhor do que a outra. Então, discriminar seria a falta de respeito que eu considero com a situação dos seres humanos, é isso aí, nós nos desrespeitamos, é uma falta de respeito total. (DIRETOR **B**).

Com certeza, a discriminação eu acho que não deve existir, uma vez que nós somos seres humanos, todos somos seres humanos em igualdade. (COORDENADORA **B**).

A discriminação seria o ato de praticar o preconceito, aquilo que você tem, que você acha que é, você começa a praticar, você

começa a rejeitar, a excluir aquela pessoa. Então, isso seria discriminação, tem aquela concepção que índio é preguiçoso; então, quando a gente não pratica aquilo, é preconceito; a partir do momento que eu começo a praticar, eu começo a colocar aquilo em prática, seria a discriminação em si. (PROFESSOR B).

As explicações desses entrevistados ressaltaram que a discriminação faz com que determinado segmento social fique excluído de alguma participação dentro da sociedade, por exemplo, no mercado de trabalho, um espaço em que a população negra ocupa, geralmente, função de serviços subalternos e de inferioridade. Rocha (2005, p. 202) resalta que:

A sociedade brasileira foi marcada desde o início, na sua constituição, por elementos étnicos diferentes. Negros e índios foram marcados com o estigma da inferioridade. 504 anos depois, a situação se perpetua: exclusão de melhores empregos, salários, processo educacional e qualidade de vida.

O racismo e a discriminação manifestam-se de forma velada, acentuadamente, dentro da sociedade, evidenciando a falta de oportunidade para a população negra inserir-se no mercado de trabalho, implicando, assim, práticas discriminatórias dentro da escola e, conseqüentemente, acentuando a disparidade social e econômica.

Sobre as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira, Henriques (2004, p. 97 e 98) constata que:

O racismo estrutural brasileiro, geralmente negado e ocultado, institui mecanismos e práticas discriminatórias no interior da escola. Para além das desigualdades de classe, apresentam-se, de forma explícita, as desigualdades raciais. Basta um breve olhar sobre a população brasileira para constatar esse fato: 34% (53 milhões) de nossa população vive abaixo da linha da pobreza e 14% (22 milhões) vive abaixo da linha da pobreza extrema (com condições de gastos, apenas, para alimentação); os negros representam 45% da população brasileira, sendo 65% dos pobres e 70% dos miseráveis; os brancos são 54% da população, contudo, são 36% dos pobres e 31% dos indigentes. Essa mesma conversão é percebida na educação: 40% da população branca é considerada analfabeta funcional (menos de três anos de estudos), enquanto esse percentual dentre os negros é de 55%; 19% da

população branca tem mais de 11 anos de estudos contra 7,5% dos negros; o número de brancos com nível superior completo é 5 vezes maior que o número de negros. E o mais sério e revelador da discriminação e racismo nacional: há um componente de discriminação racial independente da condição de renda das famílias. Os negros têm desempenho escolar pior que os brancos, mesmo dentro do mesmo segmento de renda.

Esses dados são reveladores das desigualdades sociais e raciais no Brasil. Os relatos dos entrevistados denotam a falta de ações, ou melhor, de políticas públicas que atendam à população negra em suas necessidades, no sentido de ampliar sua participação nos espaços sociais dentro da sociedade.

Além do racismo e da discriminação, foi solicitado aos entrevistados que explicitassem a sua concepção sobre o preconceito. Na Escola **A**, os entrevistados assim se manifestaram:

O preconceito também é assim, você achar que determinar, por exemplo, acha que um tipo, um modelo que a sociedade impõe a essa pessoa, aquilo ali é bonito, ou, que nem muitas vezes acontece na escola, a gente percebe, assim, o grupinho se separando, nossa, porque você é branco, porque você é negro e não vamos misturar, ou, então, o jeito da pessoa se trajar, o jeito da pessoa falar, se comportar a pessoa ir deixando assim de lado, é menosprezar. (DIRETORA **A**).

Preconceito, como o nome já diz, é a gente, é ter idéia, você formar idéia pré-estabelecida sem você conhecer aquela realidade, ou muitas vezes você não considera, não valoriza determinadas coisas, idéias determinadas, pessoas, porque você já concebe algumas idéias sem você ter um conhecimento mais profundo, idéias reais, você conhecer realmente a realidade da pessoa. (COORDENADORA **A**).

Pré-conceito é algo que existe, já chama pré que é pré que está presente, eu trabalho, eu penso assim, que o preconceito é algo que está existente. Qual a diferença, talvez, entre racismo e preconceito? Eu diria assim, que toda vez que eu recuso uma pessoa, que eu chamo, coloco um tipo de apelido a essa pessoa, eu estou usando esse preconceito, é racismo não, não sei como diria para você, como seria essa questão de preconceito, porque tem hora que você fala assim, determinada coisa para a pessoa, a pessoa fala, você está com preconceito; de repente é racismo, não é preconceito; então, há uma diferença bem grande com relação a isso, mais acho que a gente, a gente vai aprendendo aos poucos

nesses cursos que a gente vai fazendo, nessa realidade que a gente vai fazendo. (PROFESSOR A).

As falas dos entrevistados da Escola A apontaram para o fato de que o preconceito está presente na sociedade, e que se trata de um pré-julgamento que as pessoas fazem umas das outras, sem conhecerem o que realmente são. Ressaltaram, ainda, que o preconceito se confunde com racismo, apontando o preconceito como uma idéia de fundo estritamente cultural.

No que se refere ao preconceito, os sujeitos da pesquisa da Escola B explicaram:

O preconceito seria uma idéia, idéia equivocada, enganada, uma coisa que está no subconsciente. Esse conceito errôneo se formou desde o entendimento de mundo; a gente coloca isso pra uma pessoa, pra um cidadão, esse enfoque do conceito errôneo das pessoas, de que nós temos diferença entre nós; e nós não temos. (DIRETOR B).

Na realidade quando eu respondi a pergunta anterior eu quis abranger todo esse tema, a questão do preconceito. Então, todos nós sabemos que somos seres humanos em igualdade perante Deus. Então, para isso é importante você valorizar o seu próximo. É fundamental que todos eliminem o preconceito de modo geral. (COORDENADOR B).

O preconceito seria uma forma que você tem de uma pessoa sem conhecê-la. Quer dizer que às vezes eu vejo uma pessoa, ou porque ela é negra, porque ela é índia, ou porque ela é branca, ou por qualquer coisa, porque ela é gorda ou magra, eu formo uma pré-concepção dela sem conhecer, sem saber como aquela pessoa é; então eu penso que ela é aquilo sem conhecê-la. (PROFESSOR B).

As falas dos entrevistados da Escola B permitem relacionar o preconceito à questão da diferença.

Pensar a diferença é mais do que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si, é, antes, entender que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram

produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão. (GOMES, 2003, p. 161).

As concepções sobre preconceito, explicitadas pelos Diretores, Professores e Coordenadores pedagógicos, tanto da Escola **A**, quanto da Escola **B**, evidenciaram que o preconceito é algo prejudicial, pois quando não se tem conhecimento da causa em questão, muitas vezes se tomam atitudes inadequadas no trato com as pessoas. Seus relatos mostraram a necessidade de uma formação de professores que contemple o trabalho pedagógico no cotidiano escolar, explicitando as noções de racismo, preconceito e discriminação, como meio de desconstruir atitudes e práticas inadequadas em relação ao ser humano.

Convém chamar a atenção para as considerações dos sujeitos desta pesquisa sobre como essas concepções se manifestam, na prática, nas atitudes do cotidiano. Início pela fala dos professores, por serem os mais próximos dos alunos e, por esse motivo, estarem em condições mais favoráveis de construção do conhecimento com eles.

Assim se referem os docentes das Escolas **A** e **B**:

Às vezes, a gente, como professor, a gente tem que ficar atento; às vezes, essas manifestações acontecem até na atitude que a gente tem com relação aos colegas, com aos alunos e na atitude que a gente vê também que os colegas têm com relação aos alunos e com eles próprios; é eu diria assim, que os próprios alunos, às vezes, eles trabalham essa questão racial, essa questão de preconceito, entre eles próprios, e nós, como educadores, como professores, a gente tem que estar atento com relação a isso. Então, na escola, o professor tem que estar ligado, fazer que nem o outro, 24 horas ou tempo todo que está ali, pra que esses fatos preconceituosos, como apelido pejorativo, nomes pejorativos, não aconteçam dentro de sua aula, ou dentro da escola, ou dentro do ambiente, ele tem que trabalhar isso, valorizar a pessoa humana como pessoa, seja ela negra ou branca ou outro (PROFESSOR **A**).

Dentro da sala de aula, hoje, a gente vê que não acontece mais essa discriminação; não há essa discriminação em si, a coisa é ainda meio velada que se tem; mas já acabou muito, anteriormente tinha até uma grande discriminação, mas, hoje, há uma aceitação. Mas, questão de concepção, muitos alunos, eles

não conseguem ainda diferenciar a questão de preconceito e questão da discriminação, se eles propriamente fazem. Ainda ocorrem algumas piadinhas, que estão embutidas o preconceito, aquela falta de respeito, mas é uma coisa que se amenizou bastante, hoje, dentro da escola (PROFESSOR **B**).

O Professor **A** chamou a atenção para o fato de que os educadores devem participar de uma nova ação pedagógica para contemplar a valorização do ser humano. Quando ocorrem em sala de aula ou na escola formas de preconceito, ele precisa ter o olhar atento para poder intervir em determinadas práticas discriminatórias.

O Professor **B** relatou que, a partir do momento que começou a existir um trabalho na Escola contra o preconceito, a discriminação diminuiu naquele local, mas, mesmo assim, em relação aos conceitos, estes precisam ser mais bem trabalhados, para que os alunos que demonstram atitudes discriminatórias (como por exemplo, a prática de piadinhas que inferiorizam o negro), possam ser conscientizados de que essa é uma demonstração de falta de respeito às pessoas.

O trabalho do Coordenador Pedagógico, dentro da Unidade Escolar, é de suma importância, porque é ele quem assessora o planejamento dos professores, com sugestões de temáticas a serem trabalhadas em sala de aula. Em se tratando da questão racial, os Coordenadores das Escolas **A** e **B** explicitaram sobre como esses conceitos se manifestam nas escolas.

Olha, na Escola, esses conceitos se manifestam entre os próprios alunos; a gente percebe que há o preconceito, a gente percebe. Tanto, por exemplo, se, bem pertinho, vamos pegar a realidade que nós temos uma comunidade negra que participa da Escola, mas que existem alunos de outras comunidades também dentro dessa Escola. Então, o que você percebe? Você percebe que muitas vezes esses alunos de outras comunidades discriminam os alunos, é, vamos dizer, negros, aqui da comunidade. Mas que existem entre eles mesmos também a discriminação, os próprios alunos da comunidade. Eu acho assim, esse trabalho que a gente está fazendo é nesse sentido, de mostrar. Porque eu acho assim, é quando a gente faz trabalhos dentro desse projeto aí, a gente, através de novas leituras, novos conhecimentos, a gente adquire novas posturas. Porque até muito pouco tempo atrás, por exemplo, o que é que a gente trabalhava em relação ao 13 de maio? Libertação dos escravos; a gente tinha os conhecimentos

didáticos, aonde, a gente tinha uma visão do negro. Quando você começa a estudar agora, e tem um conhecimento maior, você tem uma outra visão, porque você não tem mais aquela visão lá do coitadinho que foi libertado, não sei o que, você tem uma visão do negro com valor, o negro que ele, agora, ele está conquistando o seu espaço, ele está tendo a oportunidade de ser valorizado, ele está tendo a oportunidade de resgatar toda uma história aonde ele foi, é, ele não teve essas oportunidades. Então, dentro de nossa Escola mesmo, nós temos essa nova visão agora, de que se eu sou negro eu não sou um coitadinho, eu sou uma pessoa capaz, uma pessoa que tem um valor, que eu posso, que estou; se eu quiser, eu posso disputar a igualdade de condição com qualquer outra pessoa. Então, é essa visão, é isso que eu acho (COORDENADORA **A**).

Graças a Deus, nesses últimos anos, eu venho percebendo que houve uma diminuição do preconceito na escola; é fundamental, hoje, nós vivemos numa sociedade. Apesar de todos os problemas que temos na sociedade brasileira, acho que tem diminuído. É claro que existe momento que você se depara com o preconceito. É, ainda é uma falta de cultura do povo, em termos de preconceito, de racismo; e isso aí só gera problema para sociedade, mas eu creio que nesses últimos anos vem diminuindo. (COORDENADOR **B**).

A Coordenadora **A** assinalou a contribuição dos projetos realizados na Escola, no que diz respeito à possibilidade de trabalhar com maior conhecimento acerca da temática racial e, a partir disso, contribuir para a reconstrução da identidade de cada um. O Coordenador **B**, por sua vez, destacou “que o preconceito vem diminuindo em sua Escola, e que o racismo e o preconceito só geram problemas para a sociedade”.

Os relatos dos coordenadores evidenciam que mesmo com o projeto relacionado à questão racial, ainda falta, um trabalho mais aprofundado à temática com fundamentação teórica/estudo sobre a diferença e a desigualdade social.

Nos relatos dos Diretores das Escolas **A** e **B** estão evidentes as formas de preconceito e discriminação que acontecem no ambiente escolar.

Manifestam nas atitudes, a gente percebe, assim, quando chega uma pessoa na escola, vai falar, por exemplo, com o secretário, com o diretor; geralmente se a pessoa está vestida, assim, com mais simplicidade ou quando é negro que está ali atendendo, a

pessoa já acha assim, que ele não é; nunca vai naquela pessoa pra falar com ela como se fosse o diretor ou o secretário já, assim, procura outra. Vamos supor, se tem uma branca e uma loira pra atender, geralmente eles vão ao loiro ou na pessoa que está mais bem vestida. (DIRETORA A).

A atitude do educador, professor, que eles se manifestam na atitude do professor, manifestam na atitude do aluno, um com outro; quando há, ele isola outro, quando faz trabalho em equipe ele acha que o outro é mais bobo do que ele, que ele é mais inteligente, é mais bonito, pela cor dos olhos. Fica claro que o jovem ele é muito, muito, fica muito evidente porque eles querem; que quando não quer deixa de lado, isso está na atitude de todos, isso, a todo o momento, e parece que nós estamos anestesiados e não percebemos. (DIRETOR B).

O relato da Diretora **A** mostrou que atitudes relacionadas ao preconceito e à discriminação manifestam-se quando, por exemplo, as pessoas constatarem que negros vêm ocupando posição no mercado de trabalho de maior valorização social. Evidencia-se, assim, o preconceito e a discriminação dentro de uma sociedade em que a população negra aparece nas estatísticas oficiais em posição inferior. Bianchetti (1999, p. 91) menciona que, nesse caso, “as causas das desigualdades são atribuídas à sorte e não às condições estruturais da sociedade, que surgem do modo de produção capitalista”.

O Diretor **B** relatou que a forma de preconceito se manifesta tanto nas atitudes dos professores quanto nas dos alunos, e que as pessoas, de modo geral, têm dificuldades para reverter à situação dada/posta em questão.

Cabe trazer aqui a reflexão de Gomes (2003, p. 160), que afirma:

É fato que nem a escola, nem os centros de formação de professores inventaram, sozinhos, os diversos preconceitos e estereótipos. Isso não os isenta, porém, da necessidade de assumirem um posicionamento contra toda e qualquer forma de discriminação. Esse posicionamento deveria levar-nos a questionar, problematizar e superar tais estereótipos e preconceitos.

Como já foi mencionado, a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul propôs para as escolas, desde o ano de 1999, a formação sobre a questão

racial por meio do Curso de Capacitação AWA DE!. Essa proposta ocorreu antes da Lei Federal 10.639/09/01/2003, que estabelece a inserção do Ensino de História Africana e Brasileira nas instituições públicas de educação básica. Sendo assim, a SED/MS, de certa forma, antecedeu o solicitado na referida Lei.

Por se tratar de um dos conteúdos abordados no Módulo I do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, a Lei 10.639/09/01/03 foi um dos tópicos levantados na entrevista. Os Professores **A** e **B** relataram:

Olha, eu acho que a Lei 10.639, também conhecida como a Lei Ben Hur<sup>17</sup>, acho que ela veio, assim, pra ajudar e para dar um suporte a todos os professores com relação a História da África dentro da escola. Até porque aquilo que a gente conhece com relação a nossa África é muito pouco, e quando isso se torna obrigatório, é claro que a gente não queria que fosse obrigatório, mas que, até pela História do nosso Brasil, deveria ser um conteúdo que fizesse parte do currículo sem ser obrigatório, já deveria estar implantado dentro da escola. Acho que a Lei veio assim, fortalecer, ajudar, apesar de ser questionada por alguns colegas professores, mas ela veio para ajudar, veio pra incentivar e mostrar que as coisas estão aí, que as coisas estão acontecendo, que a gente deve descobrir, que a gente deve estudar e que a gente deve ensinar; como professor de História deve ensinar uma História diferente para nossos alunos, a partir de hoje, a partir de agora pra frente, a partir dessa Lei. (PROFESSOR A).

Olha ela é uma Lei que ela veio aí pra estar trabalhando mesmo, que deveria ser trabalhado, mas muitos professores ainda não viram essa questão da Lei pra trabalhar como uma coisa efetiva, dentro do conteúdo; a obrigatoriedade é algo que deveria ser mais trabalhada com os professores, os professores terem uma consciência de estar trabalhando, apesar que aqui na escola uma boa parte trabalha, busca esse conceito. Mas, é uma Lei que veio aí para estar ajudando, pra estar fortalecendo a questão da cultura afro. E uma coisa que falta, ainda, em relação a essa Lei, seria a obrigatoriedade de livros, trazer dentro dos livros mais temas voltados pra cultura afro; a questão do próprio livro de História, que o capítulo de livro História hoje sobre a África é muito pequeno, poderia estar expandindo sobre História; então, a Lei poderia estar abrangendo mais coisas sobre isso; dentro da matéria de Literatura, de Língua Portuguesa, envolver e trazer temáticas relacionadas a isso. Ainda é uma coisa muito pequena,

---

<sup>17</sup> O Professor **A** se refere à “Lei Ben Hur” por ela ser de autoria de Eurídio Ben-Hur Ferreira, quando este foi Deputado Federal por MS, juntamente com a Deputada Federal do RS, Ester Grossi, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa Lei foi aprovada como Lei Federal 10.639 e sancionada pelo Presidente Lula da Silva em 09/01/2003.

está começando a mudar, mas a Lei deveria estar abrangendo mais isso também. (PROFESSOR **B**).

As falas dos professores apontaram para a importância da Lei, na medida em que ela definiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e do Brasil, demonstrando que, contraditoriamente, o caráter obrigatório acaba incentivando o desenvolvimento dos conteúdos. A Lei, em seu 2º parágrafo institui: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira” (BRASIL, 2003).

Os Diretores e Coordenadores Pedagógicos da Escola **A** e da Escola **B** também explicitaram sobre como avaliam a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que trata da obrigatoriedade de incluir a História Africana e Brasileira no currículo da Educação Básica:

Eu acho assim, que foi uma Lei importante, que antes o assunto era tratado, assim, mas nem sempre se comentava sobre isso; e é uma Lei que vem fazendo com que os professores, com que os educadores pensem mais sobre a África, sobre a História da África, sobre o povo brasileiro, a história do povo brasileiro; isso tem feito com que surjam discussões, surjam estudos dentro da escola, e que são importantes. (DIRETORA **A**).

Eu acho importante, necessária, precisavam ter feito isso há mais tempo, uma pena que de forma obrigatória, mas deveria ser de forma consciente para os seres humanos no Brasil, mas, quando dizem que não vai no amor vai pela dor, [então, é] melhor a gente ter de uma forma obrigatória do que não ter nada pra tratar do assunto, porque ficam tratando de um monte, de visão histórica, tratando dentro da escola, ensinam de tudo, mas, não ensinam aquilo que é prioritário, a questão do respeito entre as raças, entre os grupos, entre as pessoas, que não há diferença; então, é importante, isso aí, eu acho ela importante apesar de ser obrigatória, mais é importante é necessário. (DIRETORA **B**).

Sobre a mesma questão, os Coordenadores mencionaram:

Eu acho assim, é importantíssima essa Lei. Eu acho, por exemplo, os avanços que nós tivemos nessa escola aqui; essa Lei é que trouxe para nós essas possibilidades. Acho até que nós aqui

estamos numa Escola Estadual inserida numa comunidade negra que tem todo um histórico pra ser resgatado; o nosso trabalho aqui, ele é muito concreto, mais do que em muitas outras escolas que não tem essa nossa realidade. Então, eu acho assim, essa Lei, pra nós aqui, ela veio realmente, assim, além dela ser obrigatória ela veio, assim, pra facilitar o nosso trabalho, veio ajudar, porque, porque aí você tem, assim, as diretrizes, você tem as linhas que nós podemos seguir, que nós devemos seguir, para nós fazermos esse trabalho aí. (COORDENADORA A).

Eu creio que essa Lei, ela veio do bom senso, uma vez que nós temos que trabalhar justamente o resgate de nossa cultura, de nossa história que fica muito perdida no tempo; então, as pessoas não valorizam a nossa história a nossa cultura. E o negro, ele faz parte de nossa cultura, faz parte de nossa história, ele tem que ser relevado com certeza. (COORDENADORA B).

Os entrevistados foram unânimes ao enfatizar o aspecto legal para se trabalhar e estudar conteúdos a respeito da história e da cultura da população negra, como mecanismo de fortalecer a discussão, com base em fatos históricos e culturais, sobre a questão da promoção da igualdade racial na sociedade. Dias (2005, p.59) afirma que “a Lei nº 10.639 teve como função responder às antigas reivindicações do Movimento Negro, mas com novas preocupações – principalmente com a implantação da mesma.”

Sobre as dificuldades e as resistências que enfrentaram nas escolas ao desenvolverem o projeto relacionado à questão étnico-racial, os entrevistados afirmaram:

A resistência, assim, que algumas pessoas que não estão por dentro do assunto, que não tinham assim, algum conhecimento, nunca trabalharam numa escola que atende remanescentes de quilombo, a resistência que as pessoas têm para estar falando sobre o assunto, sobre a questão da etnia, a questão do racismo e da discriminação. Tem muitas pessoas assim, que acham que esse é um assunto que não deve ser comentado, não deve ser falado, não deve estudar sobre isso, ou, é, querem, assim, falar que isso não acontece, então, essa é uma certa resistência que algumas pessoas têm (DIRETORA A).

O relato da Diretora A mostrou que uma das razões para que as pessoas não dêem importância aos conteúdos referentes à questão racial nas escolas,

pode estar associada à falta de conhecimento sobre a temática, pois, às vezes, se alega a inexistência do racismo no Brasil.

Para a Coordenadora **A**, também houve dificuldades:

Olha, uma das maiores dificuldades que eu acredito, é em relação a dinâmica da escola; mesmo essa é uma das dificuldades que é só a gente fazer; pra desenvolver esse projeto a gente precisa ter tempo, a gente precisa se reunir, a gente precisa discutir, a gente precisa ler novas fontes e ter novos conhecimentos. E não só em relação a esse projeto, mas em relação a todo o trabalho que desenvolve na escola, como a carga horária do aluno, ela tem que ser priorizada; a gente não pode, a gente não tem muito tempo. Eu acho que a questão do tempo, eu acho que a rotatividade do aluno o do professor, me desculpe, é outra é coisa também; que o professor inicia uma capacitação, mas ele não permanece, às vezes, na escola. E, aí, vem outro novo que inicia também; então, assim, uma das dificuldades é a continuidade.

A Coordenadora salientou a importância do projeto voltado à questão racial, enfatizando, porém, algumas das dificuldades para o seu desenvolvimento, tais como o tempo e a carga horária. Retomou, ainda, a questão da rotatividade dos alunos e dos professores e a sua preocupação com a continuidade dos trabalhos.

De acordo com o Professor **A**:

A primeira dificuldade é aceitação. Aceitação por parte tanto dos colegas, dos próprios alunos, entenderem a proposta. Primeira dificuldade que a gente acha, mas, aos poucos foram entendendo, apesar de alguns, até hoje, a gente percebe que ainda têm uma resistência muito grande; Mas graças a Deus ver os colegas indo e participando, acabam também participando mesmo, eu diria, assim, contra a vontade, mas acabam indo lá porque, senão, fica de fora, e ficar de fora é pior do que participar, ficar de fora.

O Professor **A** destacou que alguns docentes desenvolvem a temática racial na escola por se tratar de um projeto da escola contra o racismo a ser cumprido, e enfatiza a falta de aceitação para o seu desenvolvimento. Mas, como ressalta Gomes (2003 p. 141):

[...] poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores.

Ainda a respeito das dificuldades encontradas, o Diretor **B** afirmou:

Olha, eu via a dificuldade nossa, aqui, de fazer com que o educador entenda a dimensão do projeto; não é todo mundo que entende, não é, ainda acham, ainda têm instalado no subconsciente, parece, não sei, que isso não é um problema social. Quando você fala da questão racial, existe em todos os setores, em todos os grupos de categorias, minorias, existe a questão racial. E quando fala a questão racial étnico, é, parece não ter, assim, relevância; uma coisa, assim, um problema de todo mundo menos da gente, e isso é dificuldade, porque falta de recurso não é, falta de tempo não é, tudo isso tem. Basta ter vontade, ter consciência de que é necessário resolver.

Os Diretores **A** e **B** enfrentaram desafios para desenvolver trabalhos voltados à temática racial na escola. Dentre esses, destacam-se a resistência de alguns professores e as dificuldades para concretizar, na prática pedagógica, temas que não estão contemplados, especificamente, nos eixos temáticos de cada disciplina, como, por exemplo, o combate ao racismo na escola.

Quanto às dificuldades no desenvolvimento do Projeto, o Coordenador **B** relatou:

A maior dificuldade foi justamente em termos de resgatar o conteúdo, a história, é, apesar de nós termos aí diversas fontes, mas o resgate em si, o trabalho, o tempo, principalmente o tempo que os professores têm no âmbito escolar, nos 200 dias letivos; muitas vezes esse tempo acaba sendo priorizado pra outras coisas e acaba deixando de lado esse tema tão importante dentro da cultura brasileira.

Mesmo enfatizando a sua importância, o Coordenador Pedagógico **B** destacou a falta de tempo na escola para trabalhar a temática racial, além do possível comprometimento da carga horária, mas, enfatiza que o tempo é usado para outras coisas, o que evidencia a falta de estudo da questão racial que ainda não

é priorizado pelas escolas. Essa é uma observação feita também por Lopes (2003, p. 186), quando afirma: “forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem”.

A esse respeito, o Professor **B** declarou:

Às vezes foi a questão do próprio material, no começo, que era bem escasso. Então quando começou em 2003, tinha pouco material para se trabalhar; hoje, com o desenvolvimento, com o desenrolar do problema, nós temos bastante material, estamos trabalhando; só no começo mesmo pelos materiais, tem que se trabalhar.

No seu relato, o Professor destacou a insuficiência de material para trabalhar no começo do projeto, quando cita o ano de 2003, embora tenha declarado que o problema foi solucionado. Essa informação se contrapõe ao que disse o Diretor **B**, que afirmou não faltar recursos materiais para o desenvolvimento do trabalho relacionado à questão racial na escola.

Conforme Pinto (1987, p. 4), “esta lacuna também explica, pelo menos parcialmente, a ausência quase que absoluta de informações, discussões ou mesmo uma simples referência sobre as especificidades raciais nos diagnósticos educacionais”.

Ao serem questionados sobre os efeitos do projeto sobre a questão racial no dia-a-dia das escolas, os sujeitos da Escola **A** relataram que:

No dia-a-dia da escola, a gente percebe, assim, que pelo menos as pessoas começam, assim, refletir sobre suas ações, sobre certas atitudes; alguns comentários algumas coisas, assim, vão surgindo; através disso a gente vê que o projeto, tema estudado, já começa até mexer com as pessoas, a mexer com a maneira da pessoa falar, de lidar com determinadas situações. (DIRETORA **A**).

Olha, eu acredito que esse projeto, ele é um projeto, que ele é um trabalho que é feito a longo prazo. Pra isso, a gente tem que estar

no dia-a-dia. Então, a gente tem que estar estudando, a gente tem que estar sempre discutindo esses temas, porque a gente sabe que toda essa questão da etnia, a questão do preconceito, da discriminação, a questão racial é um tema, é que nós mesmos, enquanto profissionais, a gente tem uma visão anterior disso. Agora, quando você começa a estudar, começa a ler, você muda até a postura. É o que acontece com o professor aqui. A partir do momento que o professor, eu acredito nisso, que o professor vem pra essa escola e começa a ter acesso a fontes, agora mesmo nós tivemos, recebemos da Secretaria de Educação algumas fontes interessantes sobre esse tema. Onde a gente já está passando para os professores começarem a ler, começarem a estudar. Então, eu acredito, assim, que nessa escola no momento que você prioriza o trabalho, que você planeja, que você senta, estuda e reflete sobre o tema, enriquece o trabalho de todos. (COORDENADORA A).

Primeiro efeito que diria, fazer com que as pessoas tenham consciência que o racismo existe, o racismo está presente na sociedade e as conseqüências que a gente vê e a falta de empenho de alguns profissionais em relação a esse tipo de trabalho; mas o que a gente não pode desistir nunca, mas é perceber que as pessoas, a partir do momento que você implanta esse projeto, que você coloca esse projeto para ser desenvolvido dentro da escola, você percebe que as pessoas vão se envolvendo, vão se manifestando (PROFESSOR A).

Os relatos dos entrevistados da Escola A assinalaram que, no dia-a-dia da Escola, foi possível desenvolver o projeto para que os envolvidos refletissem sobre suas atitudes e ações em relação ao outro. Foram utilizadas fontes enviadas pela Secretaria de Estado de Educação/MS para trabalhar a temática racial na Escola, enfatizando a importância de uma formação continuada por meio dos estudos, conforme afirmou a Coordenadora A. O professor em seu relato diz que o racismo existe e que os professores parecem estar, efetivamente, à parte do processo.

Os entrevistados da Escola B, afirmaram:

Olha, primeiro lugar, trouxe uma integração da equipe de professores, queira ou não, todos participaram. Para os alunos, isso trouxe um trabalho de conscientização, de pesquisas, números que levantaram as conseqüências da questão racial, o racismo, isso tornou-se, a partir de alguns que participaram do projeto, um momento de conhecimento e de conscientização (DIRETOR B).

É importante para valorização e socialização dos alunos; então, a partir do momento que o aluno tem maior conhecimento da importância e do resgate da nossa história, eles valorizam mais, é, essa cultura esse, esse entendimento pela sociedade brasileira (COORDENADOR **B**).

O efeito foi bem positivo, em termos de mudanças dentro de todo contexto da escola, pelos funcionários, professores, alunos, então, há aquele respeito da questão da valorização da cultura, o conhecimento também sobre a diversidade, mas há uma gama bem grande de conhecimento por parte de todos, o respeito e a valorização (PROFESSOR **B**).

Os depoimentos dos entrevistados da Escola **B** evidenciaram uma aproximação dos alunos, professores e funcionários administrativos, por meio da realização do Projeto, com o Curso de Capacitação AWA DE!, o que possibilitou a aquisição de conhecimentos sobre os aspectos culturais e históricos da população negra.

Os entrevistados fizeram alguns relatos sobre suas experiências com a questão racial. Os Diretores e Coordenadores expuseram sua experiência como gestores, e os Professores o fizeram quanto ao seu trabalho didático, analisando a repercussão do projeto na Escola **A** e **B**. Nesse sentido, os entrevistados da Escola **A** mencionaram:

No meu trabalho como gestor escolar eu sempre estou colocando pro grupo de professores, pra comunidade escolar interna, a importância de se trabalhar esse tema. (DIRETORA **A**).

Nesse trabalho também é importante, porque eu acho assim, eu como gestora, eu tenho que buscar cada vez mais o conhecimento pra poder compartilhar esse conhecimento com os professores. (COORDENADORA **A**).

Olha, no meu trabalho didático com aluno, com os trabalhos, a gente procura, eu procuro, assim, sempre em determinados assuntos, que tem e até trazer algumas coisas presentes dentro da realidade nossa, encontrar essas diferenças culturais que existem, colocando, assim, pros alunos, pra coordenação, pros professores, que existe esta diferença, que a gente tem que trabalhar até porque, eu diria, até assim, uma fala da própria Professora

Raimunda<sup>18</sup>, ela coloca o seguinte: que os livros didáticos que ensinaram a gente, mais velhos, eles não eram didáticos, assim; figurinhas que apareciam lá eram de família branca, uma família não sei o que, nunca a do negro. É tão importante você perceber que o dia que faz, a comemoração do dia das mães, você faz na escola um projeto de cortar de revista pra montar um quadro para homenagear as mães, você percebe que você não acha pessoas negras, você percebe que você não, não vê essas figuras negras, lá em evidência, então a gente está tentando trabalhar isso, perceber essas questões, coisas, e mostrar até para os professores, os colegas, que existem recursos didáticos, que existem livros, que existem revistas, que trabalham já com o assunto, principalmente, a questão da revista raça que a gente tem já presente. (PROFESSOR A).

De modo geral, os depoimentos dos entrevistados da Escola A evidenciaram que o projeto sobre a questão racial foi importante e que é preciso socializar o conhecimento produzido com os demais segmentos da Escola. O Professor A, da mesma Escola, enfatizou a necessidade de um trabalho sobre as diferentes culturas, tanto com os alunos, como com a coordenação e os professores.

A respeito dessa questão, vale mencionar o que diz Santomé (1995 p. 169):

São numerosas as formas através das quais o racismo aflora no sistema educacional, de forma consciente ou oculta. Assim, por exemplo, podem-se detectar manifestações de racismo nos livros didáticos de ciências Sociais, História, Geografia, Literatura, etc., especialmente através dos silêncios que são produzidos em relação aos direitos e características de comunidades, etnias e povos minoritários e sem poder.

Na Escola B os entrevistados responderam:

De fundamental importância, é necessário, é preciso que mais, cada vez mais, a escola tenha atitude de trabalhar projetos como este que é de fundamental importância, e a nossa escola pretende dar continuidade na realização desse trabalho. (DIRETORA B).

---

<sup>18</sup> Professora Raimunda Luzia Brito é presidente do Fórum de Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul.

É isso, aí, só vem contribuir, e uma vez que nós temos que trabalhar diversos temas; e esse tema é justamente importante pra haver socialização dentro do trabalho da coordenação, é fundamental, é a socialização, juntamente com a comunidade escolar de um modo geral; então esse trabalho só vem contribuir pra isso. (COORDENADORA B).

No meu trabalho, quando trabalhava em sala de aula com Literatura, sempre envolvi, a questão da Literatura, busquei trabalhar a questão da cultura, atores, é, escritores também dentro da Literatura, poetas que são negros; e dentro da sala de informática que hoje eu trabalho, desenvolvo projetos com alguns professores dentro da cultura, a questão na área de Geografia, História e Literatura, também desenvolvendo vários projetos em cima disso. (PROFESSOR B).

De acordo com os relatos acima, o trabalho na temática racial é importante para a atuação dentro da escola, pois favorece a busca de novos conhecimentos.

Uma escola que leva em conta as diferenças étnico-raciais não se mede apenas pelo conhecimento socializado, mas pela solidariedade humana, consciência social, repúdio ao preconceito de toda ordem e às práticas de discriminação. O fundamento está na capacidade de dialogar com as diferenças, experimentando novas formas de trabalhar, aprender e participar. (ROCHA, 2005, p. 216).

A seguir, exponho os relatos dos Diretores, dos Coordenadores Pedagógicos e dos Professores sobre a necessidade de haver um Projeto de formação continuada de professores, voltado à temática racial.

A esse respeito os entrevistados da Escola A responderam:

Sim, acho que é muito necessário e que a gente deve trabalhar constantemente, principalmente, assim, com os professores de História, Geografia e envolver todas as áreas. (DIRETORA A).

Eu acho que esse projeto ele é super importante, ele é necessário, porque ele é um tema que tem que ser abordado, ele tem que ser discutido, e, por exemplo, para a nossa realidade na escola, esses projetos, ele tem objetivo, assim, que tem pelo menos tentar é melhorar a auto-estima dos nossos alunos no sentido de valorizar

a raça, valorizar a importância, assim, a toda essa história mesmo. A gente que está trabalhando com aluno e vê o tanto que é importante ele conhecer toda essa história que ocorreu há muitos anos aqui na comunidade. (COORDENADORA **A**).

Todos os projetos que a gente desenvolveu na escola com relação a este assunto, ele foi necessário, foi assim, é uma proposta, é discutida entre professores, coordenação e a comunidade; então a avaliação dele foi, teve uma avaliação positiva com relação a este assunto, porque achava que era, achava não, acho que são propostas diferentes, que vêm para ajudar e para somar no processo educacional de nossos alunos, no processo educacional da escola e de um modo especial da proposta pedagógica da escola, de desenvolver este projeto. (PROFESSOR **A**).

As respostas dos entrevistados da Escola **A** evidenciaram a importância do desenvolvimento do trabalho na questão racial. A abordagem da temática em todas as disciplinas, além da valorização da identidade dos alunos, deve ser contemplada na proposta pedagógica de cada escola, para que isso possa refletir em toda a comunidade escolar.

Os entrevistados da Escola **B** afirmaram:

Sim, necessário, sempre necessário dentro da escola; essa questão tem que ser tratada todos os dias, que ele existe a todo o momento. Então, é necessário, eu avalio sempre como uma necessidade e é ótimo este trabalho, o trabalho que foi feito foi ótimo, um excelente trabalho. (DIRETOR **B**).

O Coordenador **B** concorda com o Diretor **B**, afirmando “com certeza”.

Esse trabalho aqui era bem necessário dentro da escola, era preciso estar mudando algumas concepções, a consciência de algumas pessoas dentro da escola, tanto com professores, como com alunos também. (PROFESSOR **B**).

Nesse sentido, é necessário dar continuidade ao desenvolvimento de projetos de formação continuada, que enfoquem a questão racial e que sejam especificamente direcionados aos professores, para que a escola, como um todo,

tenha a possibilidade de aprender, de forma mais abrangente e aprofundada, assuntos relacionados à diversidade étnico-racial.

A necessidade de uma formação específica direcionada aos docentes para que possam lidar com a diversidade cultural é enfatizada por Pinto (1987, p. 25):

Estas colocações mostram a necessidade e a urgência de se investir na formação de professor, a fim de que ele adquira o conhecimento e desenvolva a habilidade necessária para lidar com uma clientela heterogênea do ponto de vista étnico e racial, para torná-lo aberto e receptivo face a esta diversidade e, sobretudo, para que tenha oportunidade de refletir, e, assim, possa, também, levar os alunos a refletirem sobre suas próprias atitudes, preconceituosas.

A formação de professores possibilita um olhar atento para o processo de desconstrução de valores impingidos aos grupos denominados minorias sociais (como o negro, o índio e outros), que não são respeitados e que sofrem com o preconceito e discriminação em vários espaços sociais. A capacitação dos docentes não se resume somente ao ato de aperfeiçoar suas práticas educativas para ensinar a ler, escrever, calcular e, ainda, pensar logicamente. Ela vai, além disso, uma vez que é dada ao professor a liberdade de desempenhar seu papel como agente de mudanças.

Um segundo fator, ainda abordando mudanças da educação básica e que interferem na formação docente, no âmbito mais político-pedagógico, está na ampliação das funções da escola. O mundo atual tem exigido uma formação mais global dos sujeitos sociais. Escola é cada vez mais sinônimo de educação. Isso significa que além do papel de incorporação e transmissão dos conhecimentos científicos e das habilidades consideradas pela sociedade, a escola está se colocando a tarefa de formação mais ampla, para a cidadania, do aluno como sujeito social. Hoje, ao planejar sua ação pedagógica, ao construir sua proposta curricular, a escola tem de enfrentar a diferença e a desigualdade social, trazendo para o centro das ações e dos debates as questões relativas a valores, à ética, à cultura, entre outras. (ZAIDAN, 2003, p.144).

Na última questão que norteou a entrevista, os Diretores, Coordenadores pedagógicos e os Professores da Escola A mencionaram algo sobre o que gostariam de acrescentar a esta pesquisa:

Gostaria de dizer, assim, que o negro, ele também, ele ainda não se aceita muitas vezes, ele mesmo, a família, por exemplo; ele aceita ficar assim, sendo colocado de lado, às vezes o próprio negro não vê, não assume, assim, que está sendo discriminado, que está acontecendo o racismo, às vezes ele deixa também passar isso. (DIRETORA A).

O relato da Diretora apontou que o negro não se aceita e, ao ser discriminado, não toma atitude para reverter a prática racista que lhe foi imposta pela sociedade. Nesta pesquisa, de modo geral, as falas dos atores nas entrevistas evidenciaram que o racismo existe e se manifesta de forma sutil, e que a população negra não tem as mesmas oportunidades nos espaços sociais, se comparada à população branca.

Pinto (1987, p. 28) afirma:

Esta situação gerou, então, um movimento de reação por parte do negro, de recusa à assimilação, de busca e da recuperação da sua dignidade, o que não significa necessariamente o retorno às tradições, mas a negação do dogma da superioridade do colonizador em relação ao colonizado.

A afirmação dessa autora contribui para pensar sobre a necessidade de impulsionar a luta do Movimento Negro, para que a população negra possa conquistar seus direitos (que também são os direitos sociais de qualquer cidadão), isto é, direito de buscar sua identidade, sua autonomia de ser. Nesse sentido, importa destacar que o processo de assimilação do seu próprio “eu” se fortalece por meio da participação em vários grupos organizados, na busca dos seus valores raciais e culturais.

O Coordenador A e o Professor A, acrescentaram:

Eu gostaria de destacar a importância desse projeto nessa escola; então, é, justamente, porque ele vem enriquecer o trabalho pedagógico dentro da escola num momento em que os próprios professores, o corpo docente, ele começa a ampliar, a ter uma visão mais ampla de toda essa temática aí, que é tão importante, sendo que os alunos aqui eles fazem parte de comunidade que tem que ser conhecida, que tem que ser resgatada, que tem que ser trabalhada e nós aqui, a cada ano, em data específica, a gente faz trabalhos, assim, aonde o aluno ele consegue ter um maior conhecimento na área, ele consegue concretamente ter, assim, é avançar e fazer realmente todo esse resgate da história; ele consegue também ter uma nova postura, tanto em relação a comunidade como em relação as outras comunidades no geral. Porque a gente busca trabalhar aqui a valorização, o conhecimento específico dentro desse projeto e, principalmente, é buscar melhorar a auto-estima dos alunos que nessa comunidade é muito importante. Porque, a gente já tem percebido que nesses anos que estou aqui que o projeto é desenvolvido, eles têm cada vez mais valorizado essa questão da importância deles, a capacidade de mostrar que eles tem valor e que eles precisam, é também, buscando cada vez mais ter competência, e que eles tem condições de disputar qualquer coisa a outras comunidades, a outras pessoas. (COORDENADORA **A**).

Eu gostaria de acrescentar o seguinte: que todas as pesquisas feitas, seja de forma escrita, falada servem pra ajudar as pessoas na escola e em outros lugares, eu gostaria de pedir pra você, Benedita, que quando você publicasse, não deixa esquecer essas escolas que têm, que têm essas situações de trabalhar essas questões do negro, como essa escola que temos no Estado ou aqui mesmo em Campo Grande, para que seja vista essa pesquisa pra que a gente coloque esse trabalho em prática, discussão que promove outra discussão, outros Fóruns, outras atividades com relação a questão racial, está certo? (PROFESSOR **A**).

Nessas falas ficou clara a preocupação com a continuidade na discussão sobre a temática racial, além do anseio em atender a outras escolas e a importância de enriquecer as práticas pedagógicas, ampliar o conhecimento do corpo docente e discente sobre a valorização da população negra, a fim de que se eleve, também, a auto-estima dos alunos.

O Diretor e o Coordenador Pedagógico da Escola **B** finalizaram, dizendo:

Olha, o que eu acrescentaria seria até um questionamento que eu coloco, porque que nós, até quando vamos nessa problemática?

Porque tanto se fala em preconceito, em questão racial e parece que ela torna cada vez mais viva entre nós. E, até quando isso vai? Isso é um questionamento que eu coloco, né, porque, porque se fala, se trata disso nos meios de comunicações, de forma às vezes saudável, de forma às vezes pior do que a situação; o preconceito se torna mais vivo, eu me pergunto, tem horas, porque somos seres humanos, somos inteligentes, somos criados na mesma circunstância, eu digo assim, por viver neste planeta, e nós temos essa diferença tão grande e vemos que achamos que somos melhores do que os outros. Você pega a África, a Europa e tudo mais, e se acham, tem gente que se acha, tem pessoa que se acha, isso está impregnado na cabeça dele, quando que vai acabar isso? Você pegar um alemão, um inglês, fala disso para um americano, os brasileiros mesmos, nós, vamos falar do nosso Brasil. A diferença é muito grande, ela existe ainda e a luta é incansável, tem que continuar trabalhar isso desde os pequenininhos, então uma geração menos preconceituosa, eu penso assim. (DIRETOR **B**).

É acho que o importante é dar seqüência, ampliar cada vez mais o estudo, e abrir as portas para que surjam novas oportunidades, valorizar mais a cultura de modo geral; então, isso que é importante no âmbito educacional. (COORDENADOR **B**).

Os sujeitos entrevistados demonstraram uma preocupação: “até quando vamos viver com a problemática do preconceito em nossa sociedade?”. Um dos meios de refletir essas atitudes preconceituosas é começar a trabalhar, a desconstruir práticas inferiorizantes em relação ao ser humano, desde a sua infância, de tal forma que aprenda a respeitar todas as pessoas e suas diferenças, em uma sociedade contraditória, desigual, de classes.

O Professor **B** sugeriu novos cursos na própria Escola. Sugeriu também que esses cursos fossem ampliados para outras escolas das Redes Estadual e Municipal. Considerou que há uma lacuna, no tocante à temática racial na escola, que precisa ser preenchida, e sugere um acompanhamento assíduo do órgão responsável - a SED/MS - para a real aplicabilidade da Lei 10.639, que dispõe sobre o ensino da História da África e demais temas referentes à questão racial nos estabelecimentos de ensino. O professor salientou:

Acho assim, que teria que acrescentar é que deveremos continuar com este trabalho, estar fortalecendo a questão da conscientização, desenvolver novos cursos aqui na escola, em

outros lugares também. Essa escola já teve bastante curso, mas tem escola que nunca se trabalhou a questão da cultura afro; então, esses projetos deveriam abranger também estas outras escolas. Eu trabalho numa Escola Municipal à tarde, mesmo que ninguém trabalha a Lei. Ninguém emprega essa questão da Lei, trabalhando a questão da conscientização. Somente eu estou trabalhando algumas coisas relacionadas a esse projeto; então, eu monto e trabalho, mas os professores, em si, não trabalham, e a direção de muitas escolas também não tem esse objetivo de trabalhar; então deveria ser uma coisa de estar se expandindo mais dentro das Escolas Estaduais e dentro das Escolas Municipais, que trabalhasse efetivamente em todas as escolas; então, teria que ter alguém pra estar cobrando o que realmente essa Lei acontecesse dentro das escolas, e não ficasse só nos papéis.

Neste capítulo verificou-se a materialização do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, ministrado pelos técnicos da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), em duas Escolas **A** e **B**. As entrevistas foram realizadas com os Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores das respectivas Escolas. As falas destes entrevistados mostraram que a formação de professores requer investimentos e incentivos para os profissionais de educação. Como assinala Giroux (1997, p.196-197):

A formação dos professores raramente ocupou um espaço crítico, quer público quer político, dentro da cultura contemporânea, no qual o significado do social poderia ser recuperado e recolocado de forma que as histórias culturais, narrativas pessoais e vontade coletiva de professores e alunos tivessem a oportunidade de se unir em torno do desenvolvimento de uma esfera contrapública democrática.

Nesse entendimento, deve-se investir na formação continuada de professores, para que estes reflitam e aperfeiçoem os seus conhecimentos, no ensejo de melhorar a sua prática docente, como agentes participativos, transformadores da/na sociedade, como seres políticos, que possam responder aos anseios de uma demanda em busca de uma educação e um ensino de qualidade, que valorize as diferenças, além da valorização profissional.

Esta pesquisa evidenciou que trabalhar com a diferença exige que se tenha conhecimento dos processos históricos de diferenciação que levaram à

constituição de um país, como o Brasil, em sua diversidade étnico-racial. Dessa forma, poder-se-á formular políticas públicas para valorizar as diferentes etnias que, historicamente, foram excluídas da sociedade.

A escola é o espaço apropriado para enfrentar as tensões e conflitos existentes dentro da sociedade, uma vez que esses conflitos e os reflexos da discriminação racial se manifestam no ambiente escolar. Cury (2005, p. 10) afirma:

Esse é o campo predominante para uma atuação inclusiva, se por exclusão entender-se lacunas, barreiras, ausências no que é de direito de todos, no que é considerado indispensável para o acesso, a permanência e a qualidade de todos na educação básica.

Para que isso aconteça, é preciso conceber a escola como um espaço democrático de tomadas de decisões e também buscar uma formação continuada dos professores, que possa enfatizar e refletir sobre uma educação para todos, contra a discriminação racial, preconceito racial e racismo, bem como há necessidade de políticas de caráter permanente e contínuo para enfrentar essa discussão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de analisar parte da experiência de formação continuada por meio do Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE!, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) nos anos de 1999 a 2006. Esta pesquisa teve como foco duas escolas da Rede Estadual de Ensino, denominadas, aqui, de Escola **A** e Escola **B**, e baseou-se em entrevistas realizadas com os diretores, coordenadores pedagógicos e professores que participaram do Curso. A SED/MS iniciou em 1999 um trabalho com educadores, voltado à diversidade étnico-racial. Esse trabalho ocorreu com base em um Curso cujo intento foi o de oferecer formação específica aos professores da Rede Estadual de Ensino e começar a debater sobre temáticas relacionadas às questões raciais, à discriminação, ao preconceito racial e ao racismo, visando capacitá-los para lidar com a diversidade étnico-racial e cultural e discutir formas de combater essas questões no cotidiano escolar.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro abordou as políticas públicas educacionais expressas nos Atos dos governos federal e estadual a partir da década de 1990, evidenciando alguns acontecimentos e reivindicações da sociedade civil organizada, em especial do Movimento Negro que, desde a década de 1930, vem buscando melhorias sociais para a população negra, lutando por uma sociedade igualitária em direitos de oportunidades para todos, revelando, assim, a centralidade que a temática vem ganhando no Brasil e, em especial, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os documentos governamentais relacionados à busca de uma educação multirracial e popular evidenciam que mesmo no século XXI, ainda há

uma lacuna no que diz respeito a estudos voltados à questão racial. Essa situação mostra a necessidade de que as escolas desenvolvam ações pedagógicas que busquem, em tempo, valorizar a identidade histórica e cultural da população de afro-brasileiros.

Ainda nesse capítulo foi constatado que existe uma lacuna na formação de professores direcionada a diversidade étnico-racial, demonstrando, assim, a necessidade dessa ação como uma forma de combate ao racismo nas escolas em geral.

O segundo capítulo apresentou o processo que originou o Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE!, destinado aos Professores da Rede Estadual de Ensino de MS.

Ressalta-se que a meta do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! era atender a todos os professores da Rede Estadual, nos seus 78 municípios. No entanto, o Curso não aconteceu em todos os municípios do Estado e nem foi oferecido a todas as escolas públicas estaduais, mas, sim, em apenas seis cidades: Mundo Novo, Camapuã, Costa Rica, São Gabriel D' Oeste, Aquidauana, e Campo Grande, esta última escolhida para a realização desta pesquisa. Nessa cidade, o Curso ocorreu em apenas duas escolas, por solicitação e/ ou adesão das mesmas. Portanto, de 379 escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, o Curso foi oferecido em 34 delas.

Cabe lembrar aqui as contribuições do processo da Constituinte Escolar de MS para a Rede Estadual de Ensino. Dentre as ações, destaca-se a elaboração do Caderno denominado “Educação e Etnias Indígenas e Negros” (MATO GROSSO DO SUL, nº 2, 2000a), dirigido aos educadores e concebido como instrumento para subsidiar o debate nas escolas, tendo a compreensão de que a formação acadêmica dos professores estava sendo insuficiente para dar conta do trabalho específico em diversidade étnico-racial. Posteriormente, foi elaborado o Caderno Temático sobre Formação Continuada (nº. 13), evidenciando a preocupação em materializar uma educação de qualidade, valorizando a temática racial, pensando no fazer teórico e prático dos professores, diante de uma

necessidade concreta no ensino público que atende, em sua maioria, a população negra e de baixo poder aquisitivo. Vieira (2003, p.86) afirma:

Diante de um quadro que evidencia a desigualdade racial, e ao mesmo tempo a reproduz, adquire-se a certeza de que devem ser tomadas medidas voltadas para sua reversão. Essas medidas, chamadas ações afirmativas, cada vez mais aparecem no debate político e intelectual brasileiro como formas privilegiadas para a promoção da população negra.

Verificou-se, também, que no período da execução desta pesquisa, a Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação (COOPED), mesmo com a troca de Secretários de Estado de Educação, foi mantida e continuou desenvolvendo suas atividades até o final do governo de José Orcírio Miranda dos Santos, no ano de 2006.

Com o novo governo do PMDB, a partir de 2007, o que se tem conhecimento<sup>19</sup> é que o trabalho continua, mas, para atender aos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no que se refere à questão racial, conta com uma só pessoa no setor da Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial que anteriormente contava com uma equipe de cinco profissionais.

A pesquisa revelou, ainda, por meio dos dados levantados e expostos no terceiro capítulo, que as Escolas **A** e **B** elaboraram e desenvolveram o projeto sobre a questão racial. A Escola **A** contou, também, com o incentivo da própria comunidade, evidenciando a necessidade de desenvolver, mais acentuadamente, um trabalho voltado à temática racial.

Na Escola **A**, a direção procurou reunir os professores e a comunidade escolar solicitando-lhes o empenho para o trabalho direcionado à temática racial. Com o apoio da coordenação pedagógica, incentivou o estudo da questão do negro, visando a buscar maior conhecimento de sua história e para promover o respeito às diferenças de cada população. Na Escola **B** o Diretor

---

<sup>19</sup> Informação obtida a partir de uma visita na Secretaria de Estado de Educação/MS - Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial.

procurou incentivar os docentes, para o desenvolvimento de projetos relacionados com a temática racial com os alunos.

Para incluir a questão racial na prática pedagógica dos professores, é preciso criar condições e mecanismos que favoreçam e garantam ações inovadoras nas escolas, visando a promover o direito a igualdade a todos aqueles que vivem excluídos da sociedade, sem oportunidade de ocupar nos espaços sociais um trabalho ou posição de maior valorização profissional.

De modo geral, em relação à questão da diversidade étnico-racial, o Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! possibilitou aos participantes das duas escolas uma nova reflexão em seu cotidiano escolar.

Pode-se dizer que a temática racial continuou sendo “marginal” nas políticas de governo. Na verdade, não chegou a se constituir uma política de governo, no sentido de implementar projetos articulados, envolvendo as diferentes Secretarias de Estado ou o poder público e os movimentos sociais, assim como ações, de forma contínua, de combate à discriminação, ao preconceito e ao racismo no interior da escola. Sendo assim, caracterizou-se como uma intenção do governo estadual de MS, intenção esta que fazia parte do Programa de Governo para Mato Grosso do Sul - Movimento Muda Mato Grosso do Sul (1998, p. 57), apresentado à sociedade por ocasião da candidatura de José Orcírio Miranda dos Santos ao governo do Estado – no qual se lê:

O que este Programa traz para os negros sul-mato-grossenses é parte intrínseca da sua proposta, insurgindo-se contra uma situação que não é apenas do MS, mas uma realidade nacional, que parte da premissa liberal, a qual preconiza um Estado com as costas voltadas para as questões sociais, negando aos seus cidadãos e cidadãs, as condições básicas para desfrutarem vida digna, saúde, educação, moradia, transporte, lazer, etc, tendo o segmento negro da população como um dos mais atingidos. Por isso, possibilitar ao povo negro qualidade de vida digna é romper com a política de exclusão social: do total de trabalhadores que ganham um salário mínimo 79% são negros e as mulheres negras recebem em média 60% a menos que seus parceiros negros, que por sua vez, recebem menos que os brancos e das crianças negras que freqüentam a escola, 42% são reprovadas.

E continua:

A questão racial obviamente não pode ser objeto de preocupação apenas dos negros: o combate ao racismo e a todos os tipos de discriminação deve ser um compromisso de todos os que lutam por uma sociedade justa e democrática, até porque ninguém poderá falar na existência de uma sociedade igualitária, enquanto negros e brancos não desfrutarem idênticas oportunidades de acesso ao trabalho, à vida e à felicidade. (MATO GROSSO DO SUL, 1998, p. 57).

Em outras palavras, o trabalho voltado à questão racial revelou-se uma experiência “tímida” de formação continuada de professores, pois o governo, de fato, não a assumiu, pois ofereceu o Curso a um número pequeno de municípios e escolas e sequer estendeu-o para o conjunto das escolas estaduais do município de Campo Grande, capital do Estado.

No entanto, vale destacar como aspecto importante durante esse processo, a elaboração do Caderno Temático: “Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense”, cujo objetivo é o de subsidiar os trabalhos pedagógicos dos professores da Rede Estadual de Ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2005d).

Em relação à concepção dos professores, diretores e coordenadores sobre preconceito, racismo e discriminação, foi possível verificar que os sujeitos da pesquisa, tanto da Escola **A** como da Escola **B**, manifestaram o entendimento de que o racismo existe dentro da sociedade e que práticas discriminatórias podem ser identificadas no cotidiano escolar. Por isso, é preciso implementar um trabalho mais fundamentado/consistente com os docentes e discentes, para que as diferenças culturais da população negra e dos demais excluídos dos espaços sociais sejam respeitadas e valorizadas.

O Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE!, com carga horária de 60 horas, foi efetivado nas duas escolas da Rede Estadual de Ensino em Campo Grande. Ambas desenvolveram projetos, apresentações e feiras culturais relacionados com a temática racial. No entanto, as escolas não incorporaram a questão racial de forma sistemática, de modo a inseri-la no Projeto

Pedagógico, o que pode ser evidenciado, principalmente, pela preocupação dos entrevistados quanto à carga horária e aos conteúdos a serem ministrados em cada disciplina.

Assim sendo, considero que é preciso enfrentar problemas como o preconceito, o racismo e a discriminação, os quais ainda estão fortemente enraizados no sistema educacional e, portanto, presentes na sociedade contraditória e conflituosa. Para tanto, é fundamental elaborar estratégias no interior das escolas, que possibilitem aos educadores perceberem a importância de trabalhar temáticas que valorizem as pessoas discriminadas da sociedade.

Acredito que uma política de formação de professores voltada à questão étnico-racial, de caráter contínuo e permanente, possibilitaria a abertura de novos caminhos para os educadores em sua prática educativa, para que possam romper/superar suas limitações, construindo seus próprios conhecimentos, por meio da ação e reflexão sobre o seu cotidiano escolar, visando à constante inovação no seu trabalho pedagógico, em direção à igualdade social entre as pessoas e respeitando as diferenças de cada um (a).

## REFERÊNCIAS

- ALAMINI, Nesio. **Formação Continuada de Professores em Serviço: uma Experiência em que “A Universidade foi à Escola”**. 2004. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação). UCDB, Campo Grande 2006.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda. **A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 2004.
- AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação Como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- BIGARELLA, Nadia. Divisão do estado de Mato Grosso do Sul e o movimento de municipalização do ensino na década de 1980. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS. UCDB, n. 18, p. 77-95. jul/dez, 2004.
- BITTAR, Marisa. Uma Breve História de Mato Grosso do Sul (1977 - 1999). In: **Escola Guaicuru Vivendo uma Nova Lição**. Mato Grosso do Sul: (Série Calendário da cidadania - Subsídios para aulas Especiais, n. 5). Campo Grande, MS, Secretaria de Estado de Educação/MS, 2000.
- BORGES, Benedita Marques; FIGUEIREDO, Terezinha Zandavalli. Promovendo a Igualdade Racial na Educação de Mato Grosso do Sul. In: **Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense**. Santa Catarina: Quorum Comunicação, 2005. p. 14. (Caderno de Diálogos Pedagógicos).
- BRASIL. Lei Nº 9.394 de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. MEC/SEF, 1996.
- \_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais. **“Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Vol. N. 10. Brasília, DF. MEC/SEF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC. Brasília, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Construindo a Democracia Racial**. Presidência da República. Brasília, DF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 de jan. 2003.

CONCEIÇÃO, Beatriz Helena Teixeira. **O programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul e educação**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. São Paulo: 2005 (Cadernos de Pesquisas, v. 35, n. 124).

DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade étnico-racial e educação infantil: Três escolas, uma questão, muitas respostas**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 1997.

\_\_\_\_\_. **No fio do Horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo**. 2007. 321f. Tese (Doutorado em Educação). USP – Faculdade de Educação, São Paulo, 2007.

GIROUX, Henry A.; MCLAREN Peter. A Educação de Professores e a Política de Reforma Democrática. In: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 195 – 212.

GOMES, Nilma Lino. Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico-cultural. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 159 -167.

\_\_\_\_\_. Educação e Relações Raciais: Refletindo Sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2001, p.137 – 150.

GUIMARÃES, Mariuza Aparecida C. **A Constituinte Escolar: Estratégia Petista para Construção do Plano Municipal de Educação**. Campo Grande MS, 2006. Mimeografado.

HENRIQUES, Ricardo. Educação e desigualdade racial. In: ROCHA, Maria José e PANTOJA (Org). **Rompendo Silêncios, História da África nos currículos da educação básica**. Brasília: DP Comunicações. 2004, p. 97 – 98.

\_\_\_\_\_. O Canto da Desigualdade Racial. In: Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (org.) **Racismo Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 13 – 17.

HERINGER, Rosana – Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, 2001.

LOPES, José de Sousa Miguel. A formação intercultural dos professores. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p.169 -184.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. **A Pluralidade Cultural e a Proposta pedagógica na Escola – um estudo comparativo entre as propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos**. Dissertação (Mestrado em Educação). UCDB, Campo Grande, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Programa de Governo para Mato Grosso do Sul**. Movimento Muda Mato Grosso do Sul: PT-PDT-PPS-PC do b – PAN-PSB. 1998.

\_\_\_\_\_. **Cadernos da Escola Guaicuru** (Série fundamentos político-pedagógicos), 1999a.

\_\_\_\_\_. **Educação e Etnias Indígenas e Negros**, nº 2. Caderno Temático da Constituinte Escolar Construindo a Escola Cidadã. Escola Guaicuru. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Formação Continuada** nº 13. Constituinte Escolar Construindo a Escola Cidadã. Escola Guaicuru. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2000b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação, **Documentos da Coordenadoria de Políticas Específicas** (2001). Mimeo.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Protocolo de Intenções**. Campo Grande, 28 de jan. 2002a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002b. Dispõe sobre a reserva de vagas aos vestibulandos índios na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). **Diário Oficial MS**. nº 5.906, (Campo Grande) de 27 de dez. 2002b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.605, de 6 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a reserva de vagas para negros nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial MS**. nº 5911. Campo Grande, 7 de jan. 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.791, de 30 de dezembro de 2003. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação. **Histórico da COPEED**. Mimeo, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Escola Inclusiva: Espaço de Cidadania**. (Projeto Político – Educacional – Gestão 2003 – 2006). Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2005b.

\_\_\_\_\_. Conselho Estadual de Educação. **Parecer Orientativo 131/2005** para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2005c.

\_\_\_\_\_. **Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense.** Mato Grosso do Sul: 2005d. (Caderno de Diálogos Pedagógicos).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **Documentos da Coordenadoria de políticas Específicas** (s/d). Mimeo.

MORAES, Vanda. **Tia Eva, Negraeva** – História da Comunidade São Benedito. Campo Grande: Diogo Gráfica e Editora, 2003.

PASSOS, Joana Célia. Discutindo as Relações Raciais na Estrutura Escolar e Construindo um Pedagogia Multirracial e Popular. In: **Multiculturalismo e a Pedagogia Multirracial e Popular.** Florianópolis: Atilênde (Núcleo de Estudos Negros), 2002. p. 19-44.

PERONI, Vera Maria. Perspectivas da gestão democrática da educação na elaboração de políticas públicas: a constituinte escolar de Mato Grosso do Sul. **Série-Estudos**, Campo Grande: UCDB, n. 18, p. 49-62 jul/dez. 2004.

PINTO, Regina Pahim. A Educação do Negro: Uma Revisão da Bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Número Especial: 63, nov. 1987.

REZENDE, Maria Alice. A Política de Cotas Para Negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: ROMÃO, Jeruse; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Org.). **História da Educação do Negro e Outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 157 – 168.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPPIR. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2004. p.7-8.

\_\_\_\_\_. Promover a igualdade de oportunidades. In: Secretaria de Estado de Educação/MS. **Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense.** Santa Catarina: Quorum comunicação. 2005. p. 9. (Caderno de Diálogos Pedagógicos)

ROCHA, Lauro Cornélio. A Formação de Educadores (as) na Perspectiva Etno-racial na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (2001 – 2004). In: ROMÃO, Jeruse & Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Org.). **História da Educação do Negro e Outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 201 – 218.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A Pesquisa Documental e o estudo Histórico das Políticas educacionais.** Campo Grande, UCDB, 2004.

RUFINO, Alzira. Configurações em Preto e Branco In: SOCIAIS, Ashoka Empreendedores e CIDADANIA, Takano(org.). **Racismos Contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 29 – 38.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). **Alienígenas na Sala de Aula.** Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177. (Coleção estudos culturais em educação).

SILVA, Ademir Alves. Política Social e Política Econômica. **Revista Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 55, Ano XVII, p. 189-191, nov. 1997.

SILVA, Cidinha da. Ações Afirmativas em educação: Um debate para além das cotas. In: SILVA, Cidinha (Org.). **Ações Afirmativas em Educação**: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. p. 17 -38.

SILVA, Dina Maria. **Ascensão social e os conflitos de gênero e Raça – Mulheres Negras em Mato Grosso do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 2003a.

SILVA, Maria de Lourdes. **Mulher Negra e Trajetória Profissional**: o Magistério Como Caminho de Inserção no Mercado de Trabalho. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2001. p. 151-168.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Ação afirmativa para negros (as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz e SILVÉRIO, Valter Roberto (Org). **Educação e Ações Afirmativas**: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 99-114.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p.81 – 98.

ZAIDAN, Samira. Reformas educacionais e formação de professores no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p.143-148.

**Anexos**

**Anexo 01: Termo de consentimento livre e esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Naturalidade \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP. \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Identidade: \_\_\_\_\_

Instituição em que trabalha: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, sou atualmente mestranda do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da \_\_\_\_\_ A minha pesquisa, para a elaboração de dissertação de mestrado, tem por objetivo geral \_\_\_\_\_

Enquanto pesquisadora responsável pela realização das entrevistas com membros da escola – diretor (a), professores, entre outros, registrarei as informações prestadas, comprometendo-me a dirimir qualquer dúvida ou prestar esclarecimentos que, eventualmente, o entrevistado (participante) venha a ter durante a pesquisa e mantendo o compromisso de compatibilizar as necessidades da pesquisa com o respeito ao cotidiano de funcionamento da instituição.

A professora \_\_\_\_\_, da \_\_\_\_\_, é a minha orientadora no desenvolvimento da pesquisa e na elaboração da dissertação de mestrado e está à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, pessoalmente ou pelo telefone (xx) \_\_\_\_\_

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, Eu, \_\_\_\_\_ nome \_\_\_\_\_ do entrevistado \_\_\_\_\_.

- Autorizo a realização do estudo na instituição ( ) Sim ( ) Não.
- Em caso positivo: concordo com a identificação de meu nome nos relatórios da pesquisa e publicações associadas: ( ) Sim ( ) Não.
- Concordo com a gravação da pesquisa: ( ) Sim ( ) Não.

Campo Grande, MS \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Diretor da Escola, Professor (de acordo).

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

**Anexo 02: Roteiro de entrevistas****ROTEIRO DE ENTREVISTA****I-IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA**

ESCOLA PÚBLICA ( ) Estadual  
 ( ) Municipal

NOME DA ESCOLA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

**II- IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO:**

IDADE \_\_\_\_\_

SEXO \_\_\_\_\_

OCUPAÇÃO \_\_\_\_\_

FORMA DE INGRESSO NA FUNÇÃO \_\_\_\_\_

**III- VÍNCULO COM A ESCOLA**

Tempo vinculado a escola \_\_\_\_\_

Tempo na função \_\_\_\_\_

Tampo na Rede \_\_\_\_\_

**IV- QUESTÕES PARA OS SUJEITOS DA ESCOLA:****Professores:**

1) A sua escola desenvolveu ou desenvolve algum projeto referente à temática diversidade étnico-racial?

- Quando começou o Projeto?
- Participa do projeto há quanto tempo?
- Quem apresentou o Projeto na escola?

- Por que e como foi elaborado?
- Outras informações referentes ao projeto.

2) Como você percebeu ou avaliou o projeto quando este foi anunciado na escola:

- Você achou que era necessário?
- Que ações a escola já vinha desenvolvendo relacionadas à questão étnico-racial.
- Que experiência de participação em movimentos e organizações sociais você já tinha vivido dentro e fora da escola?

3) Quais os efeitos do projeto no dia-a-dia da escola?

4) E em seu trabalho didático?

5) Quais foram as maiores dificuldades encontradas na realização do projeto?

6) Qual a sua concepção de:

- Racismo \_\_\_\_\_
- Preconceito \_\_\_\_\_
- Discriminação \_\_\_\_\_

7) Como esses conceitos se manifestam na escola e em sala de aula?

8) Como você avalia a Lei 10.639, de janeiro de 2003 que trata obrigatoriamente de incluir a História Africana e Brasileira no currículo da Educação Básica?

9) O que gostaria de acrescentar a esta pesquisa?

### **Gestor Escolar** (Coordenador Pedagógico e Diretor)

1. A sua escola desenvolveu ou desenvolve algum projeto referente à temática diversidade étnico-racial?

- Quando começou o Projeto?
- Participa do projeto há quanto tempo?
- Quem apresentou o Projeto na escola?

- Por que e como foi elaborado?
  - Outras informações referentes ao projeto.
2. Como você percebeu ou avaliou o projeto quando este foi anunciado na escola:
- Você achou que era necessário?
  - Que ações a escola já vinha desenvolvendo relacionadas à questão étnico-racial.
  - Que experiência de participação em movimentos e organizações sociais você já tinha vivido dentro e fora da escola?
- 3). Quais os efeitos do projeto no dia-a-dia da escola?
- 4) E em seu trabalho como gestor escolar?
- 5) Quais foram as maiores dificuldades encontradas na realização do projeto?
- 6) Qual a sua concepção de:
- Racismo\_\_\_\_\_
  - Preconceito\_\_\_\_\_
  - Discriminação-----
- 7) Como esses conceitos se manifestam na escola?
- 8) Como você avalia a Lei 10.639, de janeiro de 2003 que trata obrigatoriamente de incluir a História Africana e Brasileira no currículo da Educação Básica? .
- 9) O que gostaria de acrescentar a esta pesquisa?